



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente

Outubro/2024





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	15
Fase de Conhecimento	29
Fase de Cumprimento de Sentença	34
Metas CNJ	43
Arrecadação	45
Deliberações Finais	46



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 16 de Outubro de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 21/8/2024, página 117.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

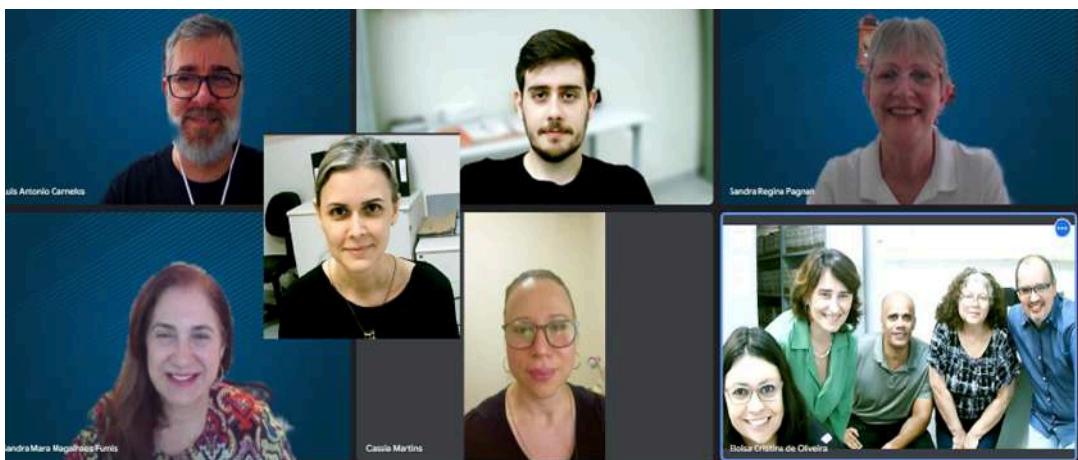
Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luciano Marcelo Christ
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade**.

PJeCOR	
0000285-92.2021.2.00.0515	16 de Outubro de 2024

	Juíza Titular Nelma Pedrosa Godoy Sant'Anna Ferreira Juiz Substituto em auxílio fixo Rogério José Perrud
---	---

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da 1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente, da parte superior esquerda para a direita: Luis Antonio Cornelos, Vinicius Miranda Moraes, Sandra Regina Pagnan; na parte inferior, da esquerda para a direita: Sandra Mara Magalhaes Fumis, Gigliola Cristina de Araújo Martins, Cassia Aparecida Gardenal Cabrera Vargas Martins; e na foto conjunta, da esquerda para a direita: Eloisa Cristina de Oliveira, magistrada Nelma Pedrosa Godoy Sant'Anna Ferreira, Dorival Rodrigues de Oliveira, Maria Durvalina das Flores, Robson da Costa Maia. Não estão na foto: magistrado Rogério José Perrud, Adriana de Carvalho Rogani Baruzzo, Gian Lucas Sudatti da Costa, Roberta Rainho Lucena da Costa Nunes e Ricardo Norio Takazono.

Lotação atual da Unidade:	10 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (com adicional):	11 servidores
△ “DELTA” da Vara:	-1



A Unidade é responsável pela administração do Fórum desde 24/10/2022, conforme Portaria GP/AAM n.º 1.607/2022, de 20 de outubro de 2022.

1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente

- A servidora Sandra Regina Pagnan é assistente da Juíza Titular (Nelma Pedrosa Godoy Sant'Anna Ferreira) e atua em teletrabalho (PROAD 9723/2024).
- O servidor Dorival Rodrigues de Oliveira é assistente do Juiz Substituto em auxílio fixo (Rogério José Perrud) e atua presencialmente.
- Além da assistente, há quatro servidores atuando em regime de teletrabalho: Cássia Aparecida Gardenal Cabrera Vargas Martins (PROAD 24826/2023), Luis Antonio Carnelos (PROAD 17637/2022), Ricardo Norio Takazono (PROAD 17887/2022) e Sandra Mara Magalhães Fumis (PROAD 12323/2022).
- Há dois estagiários na Unidade: Gian Lucas Sudatti da Costa e Vinicius Miranda Moraes, ambos do Centro de Integração Empresa Escola.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.

1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente



Jurisdição: Alfredo Marcondes, Caiabu, Emilianópolis, Anhumas, Álvares Machado, Estrela do Norte, Martinópolis, Tarabai, Taciba, Santo Expedito, Sandovalina, Regente Feijó, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Pirapozinho, Narandiba, Indiana, Rancharia, Nantes e Iepê.

Lei de criação nº: 6.563/78

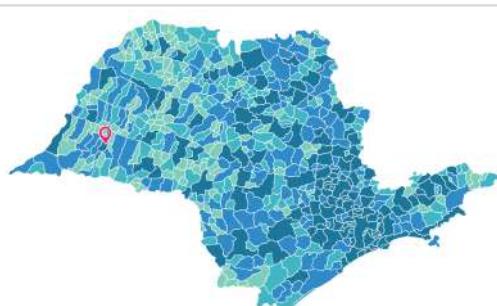
Data de instalação: 24/3/1979

Informações da localidade:

Localizado no interior do Estado de São Paulo, Presidente Prudente é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo de 2022, totaliza 225.668 pessoas.



Fonte: wiki voyage, 2024



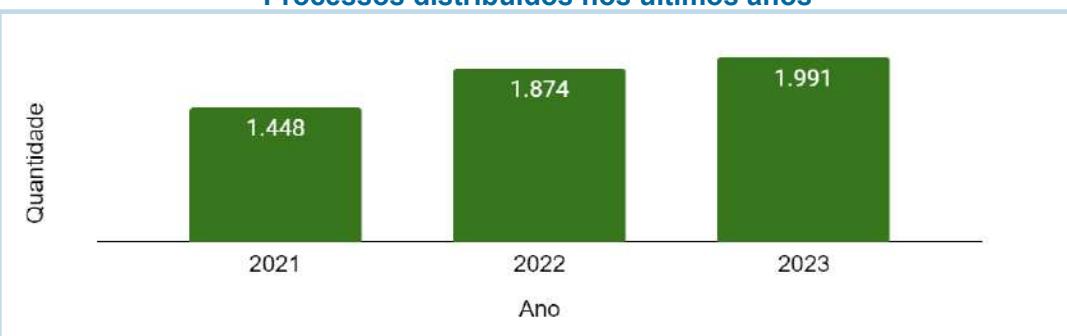
Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: foto praça central da cidade

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Presidente Prudente.

Faixa de Movimentação Processual [1.501 a 2.000 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de agosto, foram distribuídos 1.379 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.

CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.

2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 24 a 27/9/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 6/2022 a 8/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 11/2023 a 8/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Necessidade de gerir a pauta de audiências com foco na contenção do número de audiências canceladas.
	Avaliar o redimensionamento da pauta, visto que houve elevação da distribuição, do prazo das audiências UNAs e de Instrução, desde a última autoinspeção e pelo elevado saldo do acervo de processos aguardando o encerramento da instrução.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução dos processos com o <i>chip</i> “Audiência - não designada”, no que couber.
	Necessidade de conduzir a gestão da tarefa “Triagem inicial”, com foco em redução do lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da audiência.
	Implantação da utilização de <i>link</i> único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
	Envio de grande quantidade de processos de todas as fases ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.

1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente

	Necessidade de gerir o acervo de processos pendentes de solução, diante da elevação de processos recebidos.
	Necessidade de gerir a resolução de incidentes na fase de cumprimento de sentença, na medida de suas oposições e visando à redução de pendências.
	Considerar um planejamento para redução do acervo de processos pendentes de julgamento conclusos com prazo vencido.
	Necessidade de gerir os acervos de processos aguardando a realização da 1ª audiência, direcionando a tramitação aos processos mais antigos necessariamente.
	Considerar planejamento para a redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento.
	Manter a contínua baixa de processos da fase de conhecimento, reduzindo os pendentes de baixa e, consequentemente, a taxa de congestionamento.
	Necessidade de regularizar os dados cadastrais das partes no sistema PJe.
	Necessidade de manter a gestão da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, com foco na redução da idade média do acervo, direcionando o encerramento, ainda, para aqueles com maiores tempos de tramitação.
	Necessidade de que a suspensão da etapa de execução forçada ocorra com o encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento" e não por arquivamento provisório.
	Necessidade de indicação da quantidade e natureza do deslocamento na certidão de devolução do mandado, para fins de apuração das obrigações de pagar pela Unidade
	Necessidade de registrar as obrigações de pagar das custas das diligências realizadas e apontadas na certidão do oficial de justiça.

	Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio diante das datas apuradas como mais antigas aguardando utilização.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para análise dos mandados devolvidos, diante das quantidades e datas apuradas como mais antigas.
	Necessidade de gerir as expedições de Requisições de Pequeno Valor - RPV, com observância do tempo de cumprimento.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando o cumprimento da Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquido na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O resultado IGEST da Unidade teve variação desfavorável impactado pelos mesoindicadores Celeridade (aumento dos prazos médios de todas as fases) e Produtividade (elevação nas taxas de conciliação, solução e execuções encerradas).



VALE LEMBRAR

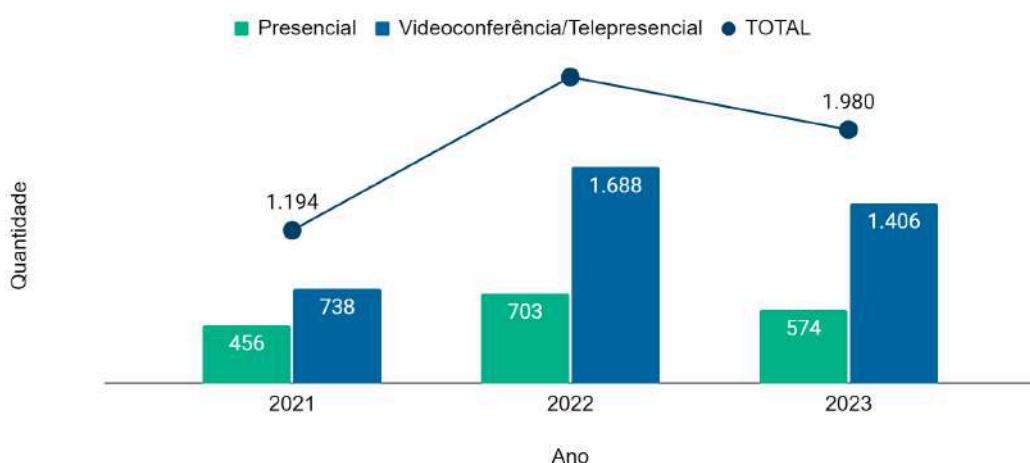
- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



Além de obviamente no procedimento 100% Digital, a Juíza Titular defere a realização de audiência telepresencial/videoconferência apenas para situação excepcional devidamente justificada, enquanto o Juiz Auxiliar Fixo defere quando há pedido das partes, também com justificativa. No que se refere à maioria das audiências em 2023 terem sido realizadas de forma telepresencial, ressaltamos que nossa pauta de audiências Iniciais é toda designada de forma telepresencial, o que pode impactar nesse número dado a quantidade de audiências. Também houve o período de licença da Juíza Titular entre 27/6/2023 e 24/10/2023 e as seguintes designações para coberturas, que podem ter impactado no número de audiências realizadas de forma telepresencial: magistrada Barbara Baldani Fernandes Nunes, de 16/08/2023 a 17/09/2023, magistrado Arthur Albertin Neto, de 18/09/2023 a 24/09/2023, e magistrado Gilvandro de Lelis Oliveira, de 09/10/2023 a 17/10/2023.



Atualmente, estão em andamento 1.699 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 1.098 estão na fase de conhecimento.

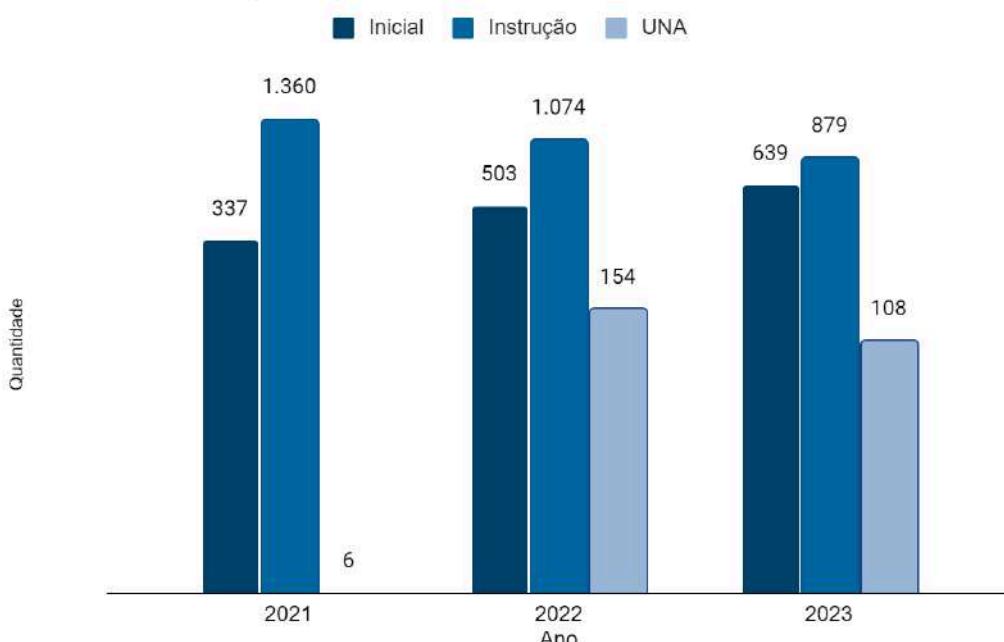
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau".



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Grande quantidade de audiências canceladas, com consequente retrabalho para a Secretaria.



Houve o período de licença da Juíza Titular entre 27/6/2023 e 24/10/2023, bem como o decorrente reposicionamento de seu período de férias para 20/11/2023 a 19/12/2023, o que ocasionou um grande número de redesignações. No mais, temos realocações simples da pauta por ausências pontuais dos Juízes, devoluções de notificações ou mandados devolvidos com diligências de intimação das partes infrutíferas ou por solicitação de adiamento de uma das partes. Também fazemos redesignações de audiências visando melhor adequação da pauta, antecipando audiências de processos mais antigos, com tramitação preferencial.



Quando uma audiência é cancelada, há redesignação para as seguintes datas:

Sala 1 - Principal

- Iniciais do rito sumaríssimo: 11/12/2024
- Iniciais do rito ordinário: 11/12/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 5/5/2025
- Unas do rito ordinário: 15/9/2025
- Instruções do rito sumaríssimo: 26/2/2025
- Instruções do rito ordinário: 15/9/2025

Sala 2 - Auxiliar

- Iniciais do rito sumaríssimo: 25/10/2024
- Iniciais do rito ordinário: 25/10/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 10/7/2025
- Unas do rito ordinário: 8/7/2025
- Instruções do rito sumaríssimo: 10/7/2025
- Instruções do rito ordinário: 8/7/2025

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 26/9/2024 por amostragem, referente à semana de 25 a 29/11/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	15	1	12	28
UNA (Ord/Sum)	2	1	-	-	3
INS (Ord/Sum)	6	7	11	4	28
Conciliação (CON)	-	-	-	-	-
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	31		28		

SALA	2 ^a feira	3 ^a feira	4 ^a feira	5 ^a feira	6 ^a feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	✓	-
2 - AUXILIAR	✓	✓	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



Por padrão, a pauta da Unidade é realizada:
 Sala 1 - Principal - às segundas, terças e quartas-feiras;
 Sala 2 - Auxiliar - às segundas, terças e quintas feiras.

3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 26/9/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
INICIAIS/Sum	112	67	2/12/2024
INICIAIS/Ord	117	75	10/12/2024
UNAS/Sum	119	208	22/4/2025
UNAS/Ord	-	179	24/3/2025
INSTRUÇÕES/Sum	118	208	22/4/2025
INSTRUÇÕES/Ord	189	363	24/9/2025
CONCILIAÇÃO	-	-	-

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
INICIAIS/Sum	72	68	3/12/2024
INICIAIS/Ord	72	123	27/1/2025
UNAS/Sum	169	284	7/7/2025
UNAS/Ord	-	214	28/4/2025
INSTRUÇÕES/Sum	167	280	3/7/2025
INSTRUÇÕES/Ord	230	287	10/7/2025
CONCILIAÇÃO	-	-	-

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.

	Elevação dos prazos de realização das audiências UNAs e de Instrução, desde a última autoinspeção.
	Nos processos 0011203-33.2023.5.15.0026 e 0011969-86.2023.5.15.0026, do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.
	Mitigada a priorização das audiências do rito sumaríssimo.

3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	233,45
Exceto Rito Sumaríssimo	316,42

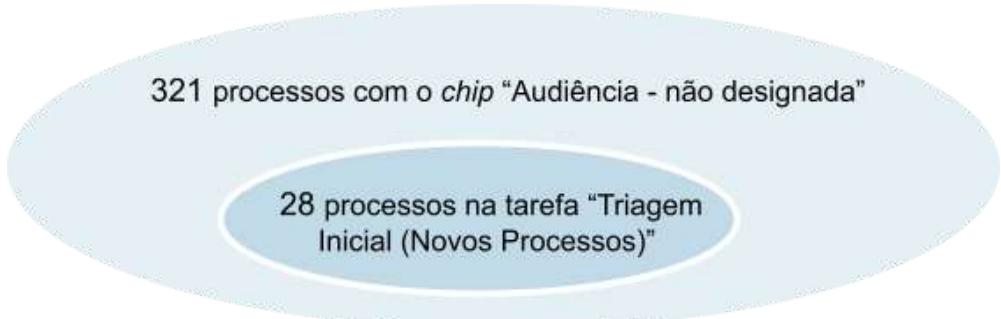
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 25/9/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências.

Não há como estimar o percentual de processos com ente público, mas são poucos os casos.



O processo 0010299-11.2019.5.15.0072 é o mais antigo na “Triagem Inicial”, desde 29/7/2024.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.



3.1.6. Agenda do Magistrado

Fonte: Agenda institucional dos Magistrados (consulta em 25/9/2024)

	Clique aqui para a agenda da Juíza Titular Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio fixo
---	--

	A Juíza Titular informou trabalho presencial em três dias da semana durante o ano de 2024 e o Juiz Substituto em auxílio fixo idem.
	As informações referentes à escala de comparecimento à Unidade jurisdicional a que estão vinculados deverão ser prestadas mensalmente, até o dia 20 de cada mês, relativamente ao mês subsequente, conforme dispõe o normativo regional.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010779-54.2024.5.15.0026 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Presidente Prudente

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Após a publicação do normativo, passaram a utilizar o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.

Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

Os secretários de audiências registram adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.



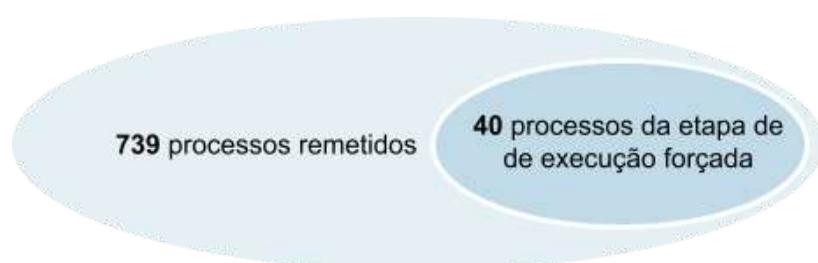
Consulta por amostragem na pauta do dia 10/9/2024, nos processos 0010877-39.2024.5.15.0026 e 0010155-05.2024.5.15.0026, cujas audiências foram designadas em 28/6/2024 e 4/3/2024, respectivamente, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciais; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciais.
- E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de Presidente Prudente



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.



Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se o envio de grande quantidade de processos ao longo do período correicional para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.



Dos processos em fase de conhecimento, encaminhamos ao CEJUSC aqueles do rito sumaríssimo, consignação em pagamento e homologação de transação extrajudicial, considerando que o objeto de tais demandas são mais suscetíveis à formalização de transação entre as partes. Nos processos da fase de liquidação, encaminhamos, imediatamente após a baixa do Tribunal, aqueles em que há valores depositados por depósito recursal, pois a disponibilidade imediata de numerário pode despertar nas partes inclinação à celebração de acordo. Também encaminhamos processos em que há proximidade de valores entre os cálculos das partes, e aqueles em que há manifestação das partes no sentido conciliatório. Na fase de execução, encaminhamos processos nos quais houve a penhora de algum bem ou mesmo de valor, mas não suficiente para quitação total do débito. E também processos em que há interesse manifestado por uma das partes em conciliar.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.



3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

	<p>30% → 31% Taxa de Conciliação Líquida</p> <p>Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.</p>
---	--

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	6/2022 a 8/2023	11/2023 a 8/2024
Acordos Realizados	764	503
Média Mensal de Conciliação	50,9	50,3

	Mantida a média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior.
---	---

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspensão do processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo;
 - movimento “11013 - Suspensão do processo por convenção das partes”.

3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

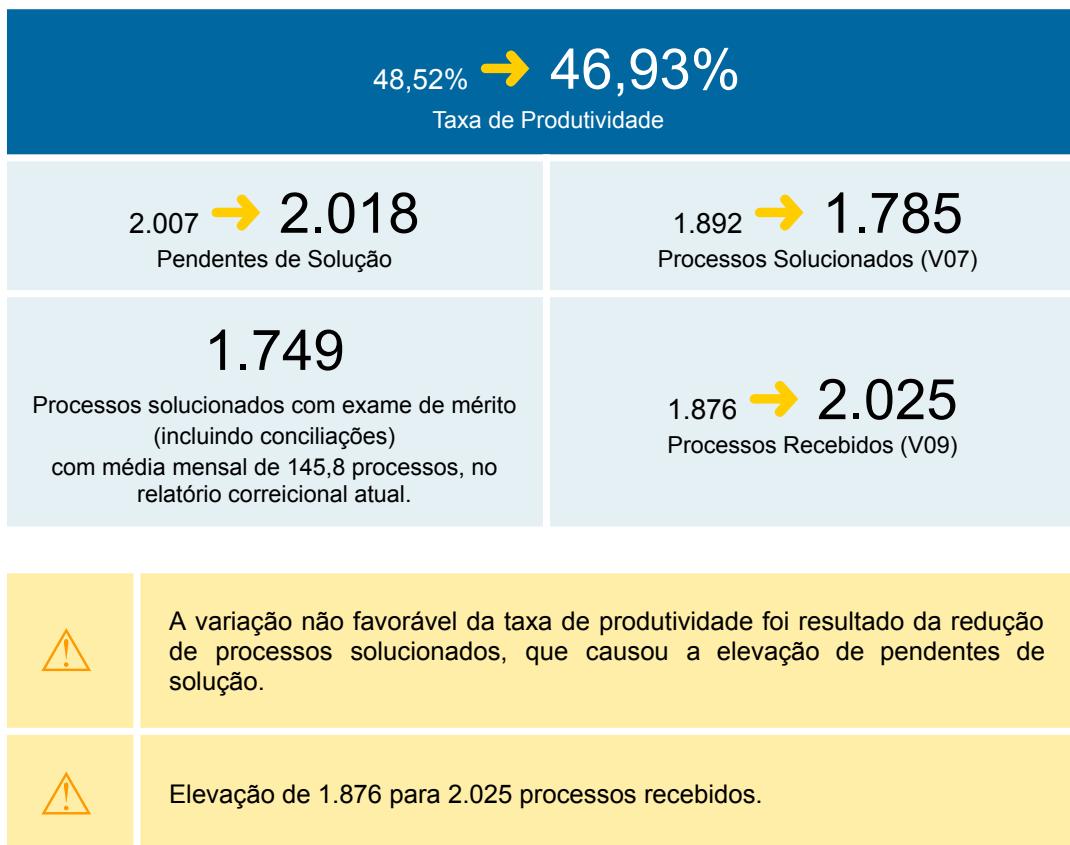
Período Correicional	6/2022 a 8/2023	11/2023 a 8/2024
Acordos Realizados	56	51
Média Mensal de Conciliação	3,7	5,1



Ampliação na média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.

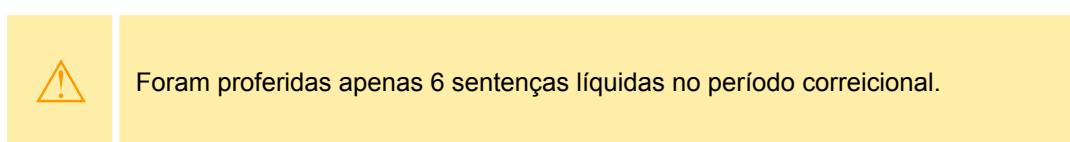


VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribui para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - item 90.055





A Unidade não profere sentenças líquidas de modo habitual. A dificuldade é que a grande maioria dos processos envolve verbas que dependem de um trabalho de liquidação de maior complexidade (horas extras, adicionais), o que dificulta sobremaneira a adoção desta modalidade de julgamento.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	117	65	99

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.

4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

4.121 → 3.638 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
686 → 676 Processos Aguardando a 1ª Audiência	891 → 1.157 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
139 → 154 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	278 → 276 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
149 → 117 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	439 → 436 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
204 → 33 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.

	Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior.
	Redução na quantidade de processos conclusos para julgamento com prazo vencido.

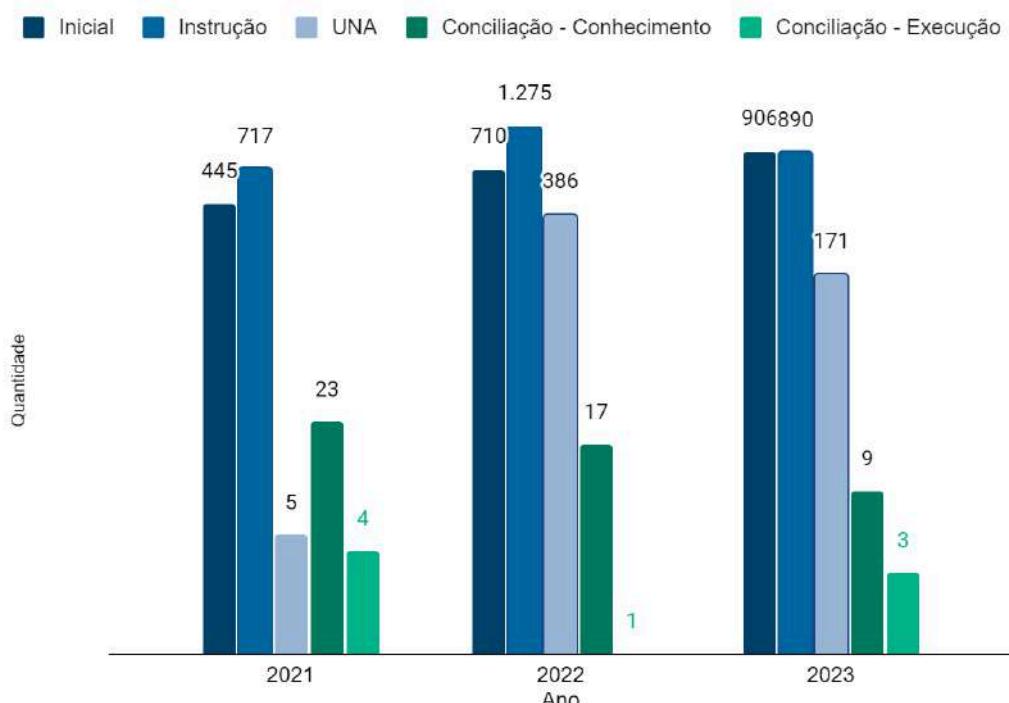
	Elevação da quantidade de processos que aguardam o encerramento da instrução.
	A redução do prazo médio da distribuição até a realização da 1ª audiência, conjugada com a elevação da idade média do acervo de processos aguardando a realização da 1ª audiência são indicativos de que a gestão ainda pode ser direcionada aos processos mais antigos desse acervo.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



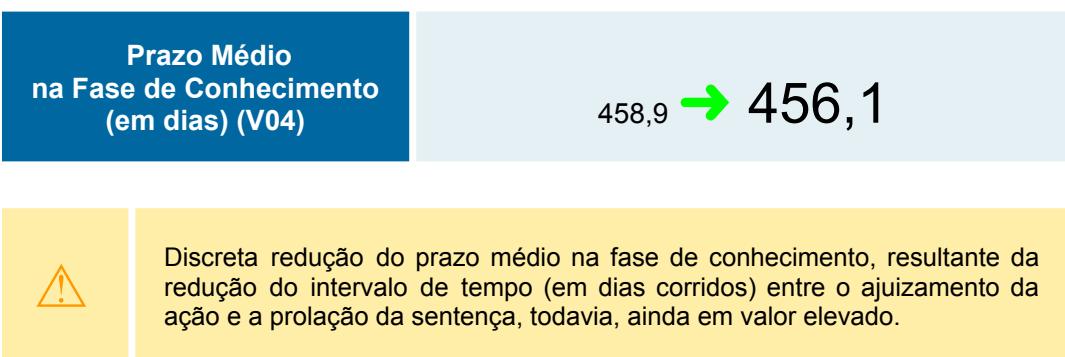
#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.



Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.



VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório correicional, item 4.1 e IGEST - TST.





A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.



Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo os pendentes de baixa e a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

- Processos localizados por amostragem.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição dos processos 0010701-65.2021.5.15.0026 e 0010855-05.2024.5.15.0115.



A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0010611-57.2021.5.15.0026.



Constata-se a ausência do CPF da reclamante no cadastro do sistema PJe no processo 0010749-53.2023.5.15.0026.



VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.
Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.

5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, ítem 4.2 e e-Gestão



#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.

	Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.
	Elevação dos processos pendentes de finalização na fase.
	Ampliação do prazo médio acumulado da fase de liquidação em comparação ao ano anterior.



Atribui-se a elevação do número de processos pendentes de finalização ao déficit de dois servidores que atuavam na fase de liquidação, ocorrido entre janeiro de 2023 e março de 2024.

5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão

2.923 → 3.079

Pendentes de Finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada

2.126 → 2.974

Pendentes de extinção

237 → 350

Execuções Encerradas (90.093)

270 → 348

Processos Baixados (90.381)

560 → 471

Execuções iniciadas (90.329)

1.952 → 1.989

Idade Média na Execução
(em dias)

884,6 → 2.038,5

Prazo Médio na Execução
(em dias) (90.275 e 90.277)



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



O número de execuções iniciadas foi maior que o número de execuções encerradas, embora este último tenha sido superior ao da correição anterior.



	Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada comparado ao ano anterior.
	A conjugação dos índices de idade média e prazo médio da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada indica que o encerramento desses processos não está, aparente e necessariamente, direcionado àqueles com maiores tempos de tramitação.
	Os quatro processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede a tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

713 → 674

Processos da execução no Arquivo Provisório



Redução na quantidade de processos arquivados provisoriamente, em relação ao período correicional anterior.



VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrerestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Elevação dos processos pendentes de baixa (90.383) possivelmente relacionada às mudanças trazidas pela versão 2.10 do e-Gestão. Anteriormente, a expedição de ofício precatório era condição suficiente para a baixa do processo, o que deixou de existir a partir da referida versão.



Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo o congestionamento na fase, em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

- Processos localizados por amostragem.

	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0010916-17.2016.5.15.0026 pelo sistema SIF/SISCONDJ.
	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010347-06.2022.5.15.0026 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010940-45.2016.5.15.0026 e 0011191-63.2016.5.15.0026 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
	Suspensão da execução do processo 0010967-57.2018.5.15.0026, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
	Não constam das certidões dos oficiais de justiça o registro da quantidade e natureza dos deslocamentos das diligências realizadas nos processos 0011133-55.2019.5.15.0026 e 0001996-30.2011.5.15.0026.
	Não foram fixadas custas de execução no processo 0010748-49.2015.5.15.0026 após a expedição do auto de arrematação.
	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010513-19.2014.5.15.0026 foi arquivado com certidão de contas zeradas, em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 11/2023 a 8/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
8	15/8/2024	3.077	0	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.



A ferramenta eletrônica não está sendo utilizada imediatamente após a determinação, considerando a natureza alimentar do crédito.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Presidente Prudente (consulta em 30/9/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	151	23/7/2021

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.



A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.

	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos.
	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, PENHORA ONLINE, CRC/JUD INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.

5.5. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



Nos casos ocorridos de venda direta não houve nomeação específica pela Unidade, mas sim decisão no processo determinando a apresentação de propostas que, após apresentadas, foram avaliadas e consideradas apenas aquelas oferecidas por corretores devidamente cadastrados no banco de dados do Tribunal.

5.6. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.



	Há 36 processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 18/6/2024, processo 0082700-77.1997.5.15.0072.
	Há 1 diligência pendente de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC, datada de 14/8/2024.
	Não foram observadas, por amostragem, Requisições de Pequeno Valor vencidas.
	Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPV/Precatório por já quitados, como no processo 0012341-79.2016.5.15.0026.

5.7. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 15/8/2024

Quantidade de movimentações em contas
saneadas pela Unidade (Depósitos Judiciais e
Recursais)

312
movimentações

#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.

5.8. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)

Gestão de execuções
Processos antigos
Diagnóstico
Treinamento, Qualificação, Escola Judicial
Eficiência
Soluções específicas

Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:

Apresentação (25/7/2024)

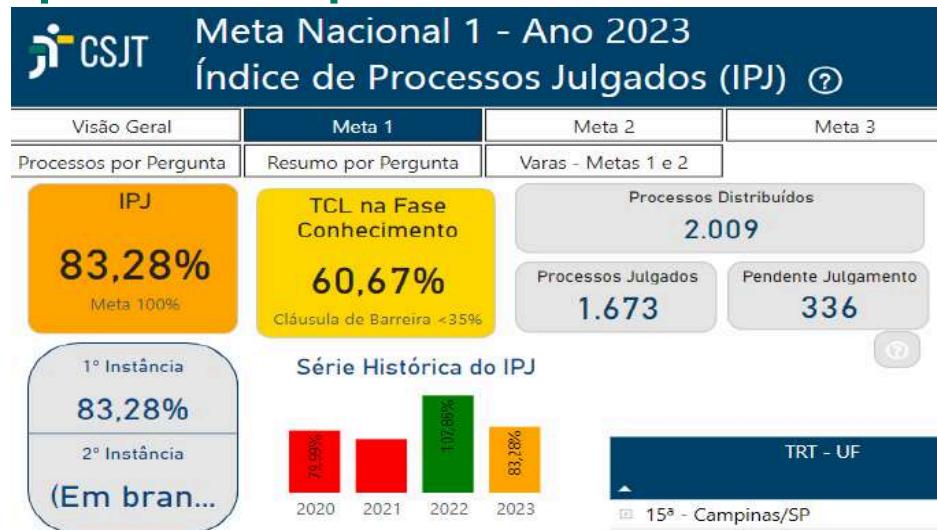
- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 27/9/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

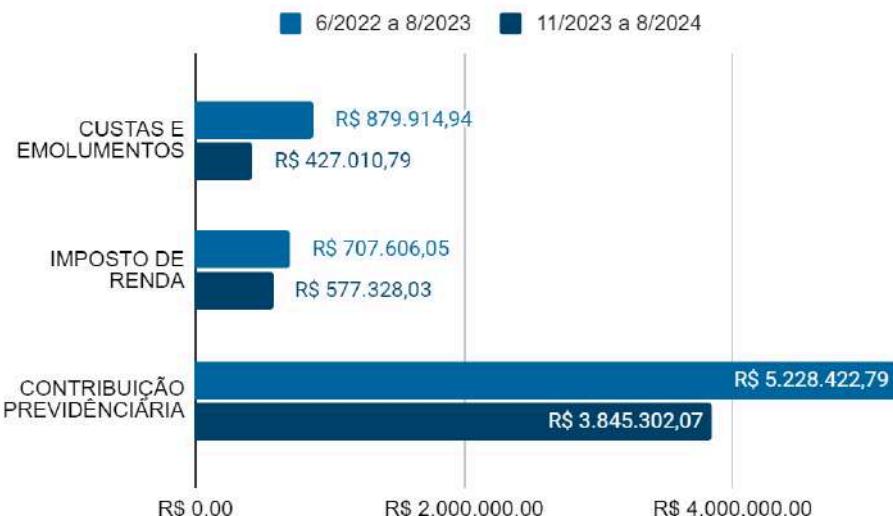


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECADAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.

8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Não cumprimento da Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
	Variação favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento.
	Variação não favorável das pendências de baixa na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Variação favorável, com possibilidade de melhorar, pois o prazo médio na fase de conhecimento ultrapassa 200 dias.
	Estabilização da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Variação não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade utilizará o modelo completo de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor)).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:



Acessibilidade e Inclusão

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Acessibilidade e Inclusão”

#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Combatendo a Violência contra as mulheres”



Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



Ocorrências



Participaram, presencialmente, Juíza Titular Nelma Pedrosa Godoy Sant'Anna Ferreira e o Juiz Substituto em auxílio fixo Rogério José Perrud



Está claro que as deficiências estruturais existentes possuem forte impacto no desempenho da Unidade. Observa-se que nenhuma das metas do CNJ logrou ser atingida, que a duração média na fase cognitiva é elevada e que a pauta de audiências está distante, máxime, no atinente às instruções.

O contexto acima delineado determina a necessidade de 1) uma máxima atenção da Unidade, no tocante à gestão dos recursos limitados que possua; 2) a tomada de providências possíveis de suporte institucional, no âmbito regional, especialmente, em curto prazo, quanto à utilização de auxílio convocado e/ou voluntário de servidores de outras varas e, em médio prazo, à implementação de um sistema de gestão coletiva de secretarias, nos moldes do projeto Especializa & Equaliza.



Quanto ao auxílio de servidores de outras varas do trabalho, fundamentado no equilíbrio da distribuição da força de trabalho, e como resultado de ação institucional voltada ao funcionamento das Secretarias Conjuntas de Varas do Trabalho, salienta-se a atuação dos servidores da Vara do Trabalho de Teodoro Sampaio nas Secretarias Conjuntas de Sertãozinho, Batatais, Orlândia e 2ª de Franca, de Piracicaba e de Araraquara, Cravinhos, Matão e Porto Ferreira.



Por deliberação dos magistrados atuantes nas duas varas do trabalho do Fórum de Presidente Prudente, em abril de 2023, a Unidade passou a contar com a força de trabalho de servidor compartilhado pela 2ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente, em revezamento semanal entre as unidades, no período de 2/5/2023 a 1/9/2024.

Nesse sentido, como providência institucional, a curto prazo, bem como no intuito de estimular as unidades à adesão ao projeto Especializa & Equaliza, foi determinado por Sua Excelência, o Vice-Corregedor, Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, o redirecionamento de dez horas semanais da força de trabalho da Vara do Trabalho de Teodoro Sampaio para as duas Varas do Trabalho de Presidente Prudente. À 1ª VT de Presidente Prudente serão destinadas sete horas de trabalho semanais, enquanto, à 2ª VT, três horas de trabalho semanais, nesse caso como forma de compensá-la pelo auxílio já prestado anteriormente.

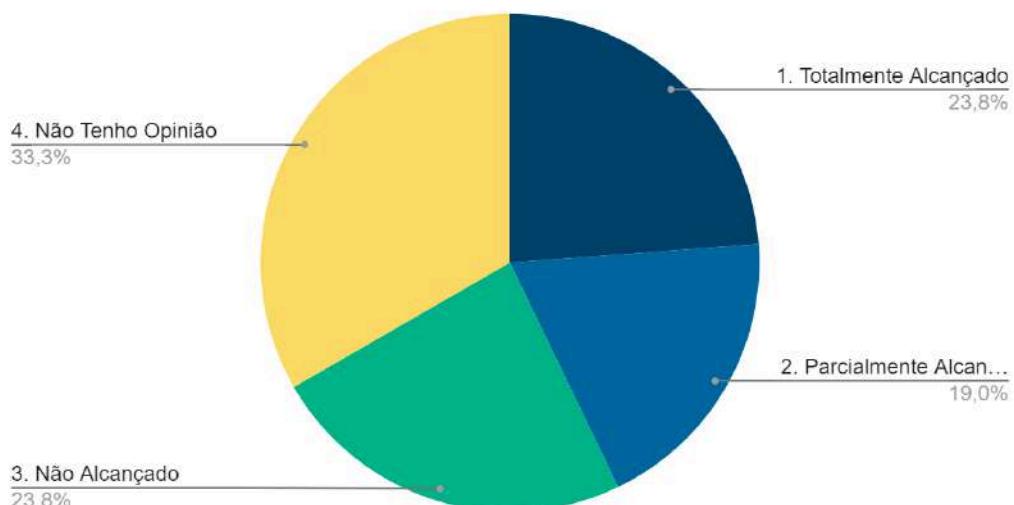
Registre-se que o início do auxílio de força de trabalho dar-se-á a partir da



apresentação de plano de ação específico por essas unidades, em seus processos PJeCor correspondentes, e será oferecido pelo período inicial de 24 semanas.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da Unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.



Atendimentos



Advogado Flávio Aparecido Terçarioli da Silva, Presidente da OAB Quatá
OAB/SP nº 327.849

Advogado Luiz Carlos Guimarães
OAB/SP nº 40.256

Advogado Renato Aparecido Teixeira
OAB/SP nº 210.678

Advogada Cristiani Cosim de Oliveira Vilela da Comissão de Relacionamento da OAB-SP com os Tribunais Regionais da 2ª e 15ª Região

Advogado Bruno Staffizza Carricondo, representante da OAB Presidente Prudente

A demanda relativa aos processos 0010153-96.2021.5.15.0072 e 0010053-10.2022.5.15.0072, que não tiveram suas sentenças proferidas até a presente data, foi analisada, prontamente, no ato da reunião correicional. Ato seguinte, houve a vinculação desses e outros dois processos à magistrada responsável por suas sentenças. Análise inicial revela que houve falha de procedimento, cujas causas e desdobramentos serão examinados em processo PJeCor instaurado para esse fim.

Providências multidisciplinares

Instaure-se PJeCor, na forma estabelecida no título “Atendimentos”, acima.

Encerramento

Em 16 de outubro de 2024, às 13h45min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





RELATÓRIO CORREICIONAL

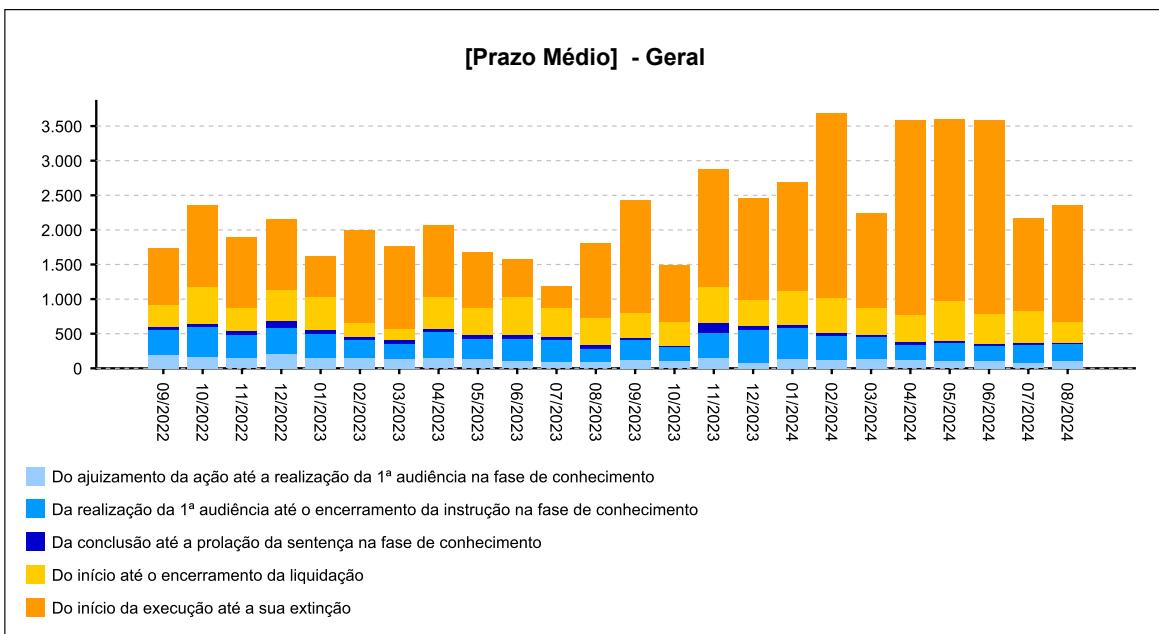
1ª VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE - 0026
[1501 a 2000 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 6.563/78
Data de Instalação: 24/03/1979
Data de Instalação do PJE: 28/05/2014
Data da Última Correição: 08/11/2023





Índice

- [1 - TITULARIDADE](#)
- [2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)
- [3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)
- [3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)
- [3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)
- [3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)
- [4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)
- [5 - PRAZOS MÉDIOS](#)
- [6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)
- [7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)
- [8 - RECURSOS](#)
- [9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)
- [10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)
- [11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)
- [12 - ARRECADAÇÃO](#)
- [13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)
- [14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
NELMA PEDROSA GODOY SANT'ANNA FERREIRA	13/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/11/2023 a 19/12/2023	FÉRIAS
08/01/2024 a 06/02/2024	FÉRIAS
01/07/2024 a 20/07/2024	FÉRIAS
22/07/2024 a 26/07/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
29/07/2024 a 02/08/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
28/08/2024 a 30/08/2024	LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - MAGISTRADO -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2023 a 22/09/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS	12/09/2024 a 15/09/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANA PAULA TOLEDO DE SOUZA LEAL	06/05/2024 a 12/05/2024
ANA PAULA TOLEDO DE SOUZA LEAL	11/09/2024 a 15/09/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ARTHUR ALBERTIN NETO	07/02/2024 a 16/02/2024
ARTHUR ALBERTIN NETO	14/03/2024 a 19/03/2024
ARTHUR ALBERTIN NETO	15/04/2024 a 16/04/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES	20/11/2023 a 29/11/2023
BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES	07/02/2024 a 16/02/2024
BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES	23/05/2024 a 11/06/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
28/05/2024 a 29/05/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO

NOME	PERÍODO
EDUARDO COSTA GONZALES	16/03/2024 a 19/03/2024
EDUARDO COSTA GONZALES	01/04/2024 a 05/04/2024

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2023 a 22/09/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FABIO TRIFIATIS VITALE	26/02/2024 a 10/03/2024
FABIO TRIFIATIS VITALE	11/03/2024 a 20/03/2024
FABIO TRIFIATIS VITALE	23/06/2024 a 30/06/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GILVANDRO DE LELIS OLIVEIRA	12/07/2024 a 14/07/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GUILHERME BASSETTO PETEK	02/05/2024 a 05/05/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LEANDRO MOREIRA DONATO	01/08/2024 a 04/08/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUCAS FREITAS DOS SANTOS	08/02/2024 a 14/02/2024
LUCAS FREITAS DOS SANTOS	03/09/2024 a 08/09/2024

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2023 a 22/09/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MOUZART LUIS SILVA BRENES	27/02/2024 a 04/03/2024
MOUZART LUIS SILVA BRENES	17/04/2024 a 19/04/2024
MOUZART LUIS SILVA BRENES	10/05/2024 a 12/05/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PEDRO DE MEIRELLES	11/09/2024 a 15/09/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	13/08/2024 a 13/08/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RICARDO TSUIOSHI FUKUDA SANCHEZ	22/07/2024 a 28/07/2024

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RODRIGO FERNANDO SANITA	30/04/2024 a 30/04/2024
RODRIGO FERNANDO SANITA	08/05/2024 a 09/05/2024

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2023 a 22/09/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ROGERIO JOSE PERRUD	07/01/2022 a 23/09/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
10/11/2023 a 10/11/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
15/02/2024 a 16/02/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
22/04/2024 a 22/04/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
16/05/2024 a 17/05/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
23/05/2024 a 11/06/2024	FÉRIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/08/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA DE CARVALHO ROGANI BARUZZO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	31/03/2003
CASSIA APARECIDA GARDENAL CABRERA VARGAS MARTINS	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/08/2021
ELOISA CRISTINA DE OLIVEIRA	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	13/02/2015
GIGLIOLA CRISTINA DE ARAUJO MARTINS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	23/08/2021
LUIS ANTONIO CARNELOS	AJA	FC-02 ASSISTENTE	24/04/2006
MARIA DURVALINA DAS FLORES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	20/06/2022
RICARDO NORIO TAKAZONO	TJA	FC-04 CALCULISTA	08/09/1999
ROBERTA RAINHO LUCENA DA COSTA NUNES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/11/2022
ROBSON DA COSTA MAIA	TJA	FC-04 ASSISTENTE DE SECRETARIA	04/03/2002
SANDRA MARA MAGALHAES FUMIS	AJA	FC-02 ASSISTENTE	12/03/2024
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2023 a 08/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	38
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	1
LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - SERVIDOR - ATÉ 30 DIAS	3
TOTAL	42



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/08/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GIAN LUCAS SUDATTI DA COSTA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/11/2022
LAIS DE OLIVEIRA CARDOSO DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/05/2023
VINICIUS MIRANDA MORAES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/11/2022



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

SERVIDORES	HORAS
ELOISA CRISTINA DE OLIVEIRA	265
ROBERTA RAINHO LUCENA DA COSTA NUNES	2



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

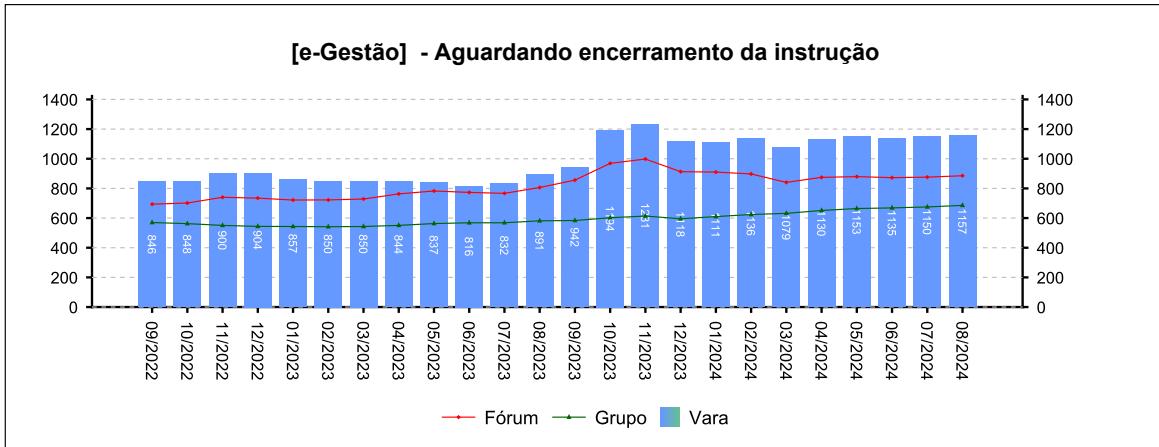
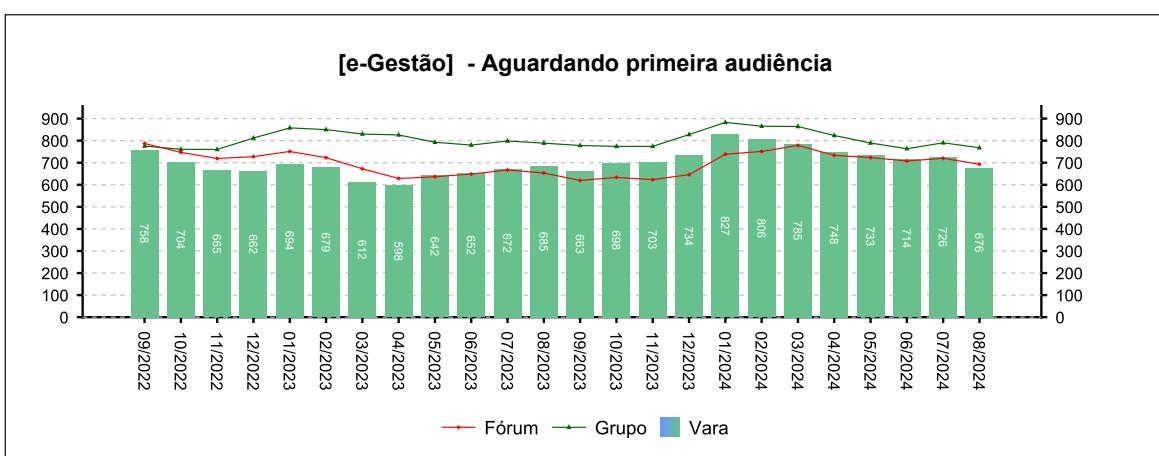
[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	676	768	693
Aguardando encerramento da instrução	1.157	686	886
Aguardando prolação de sentença	185	98	122
Aguardando cumprimento de acordo	30	44	26
Solucionados pendentes de finalização na fase	1.590	1.396	1.474
Pendentes de finalização	3.638	2.992	3.199

Periodo: 11/2023 a 08/2024

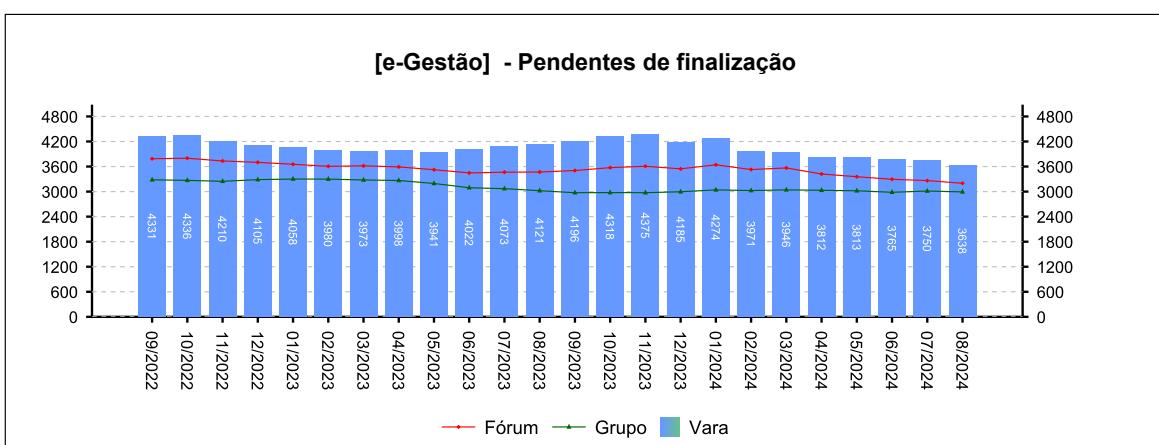
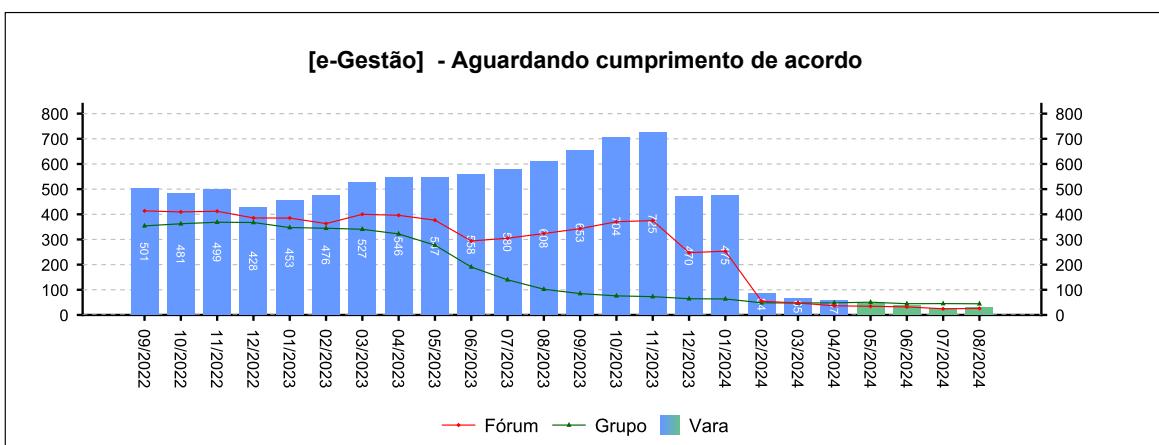
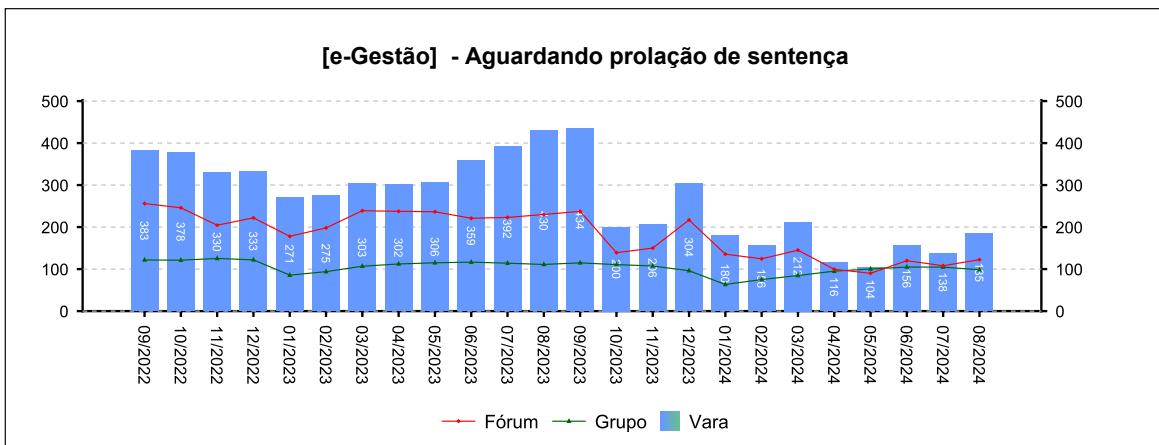




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



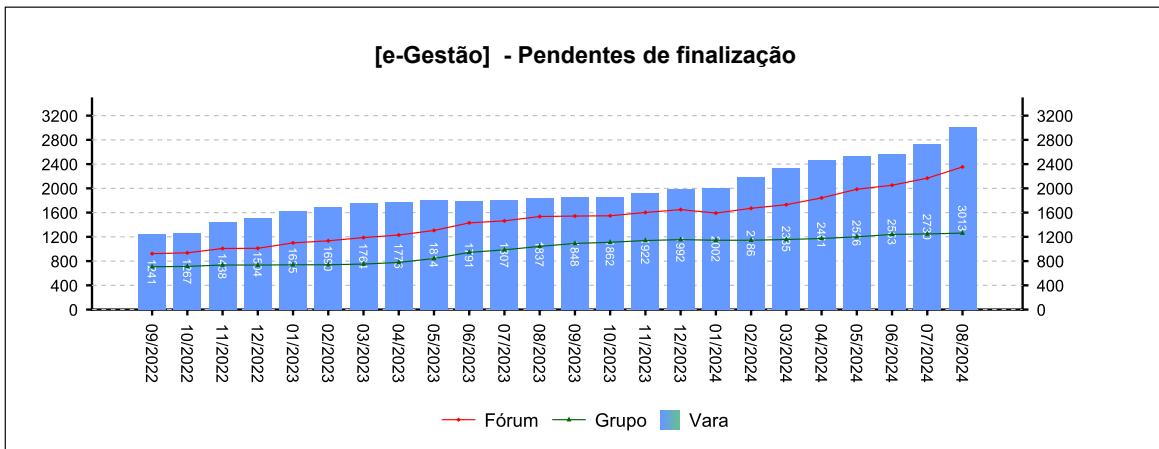
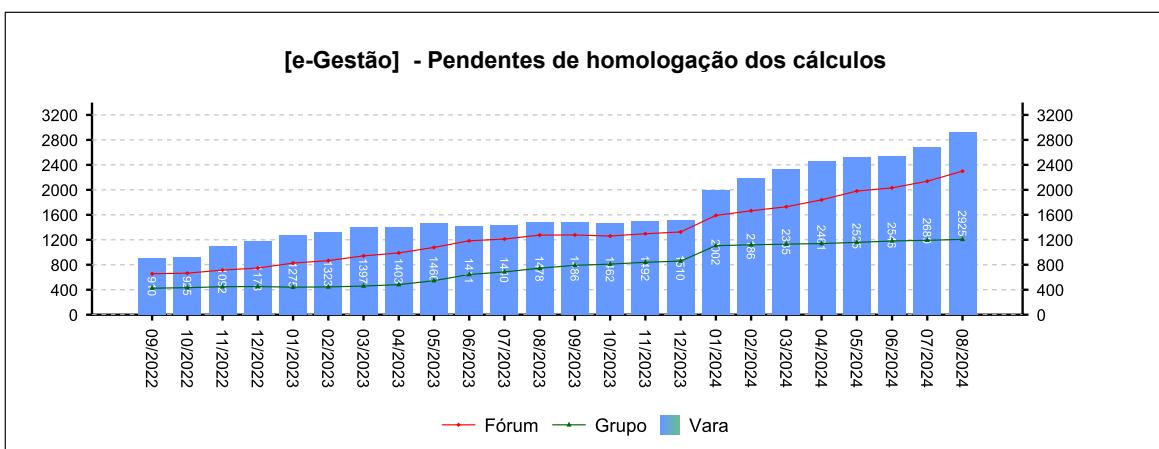
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	2.925	1.206	2.300
Liquidados pendentes de finalização na fase	88	56	54
Pendentes de finalização	3.013	1.262	2.354

Período: 11/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



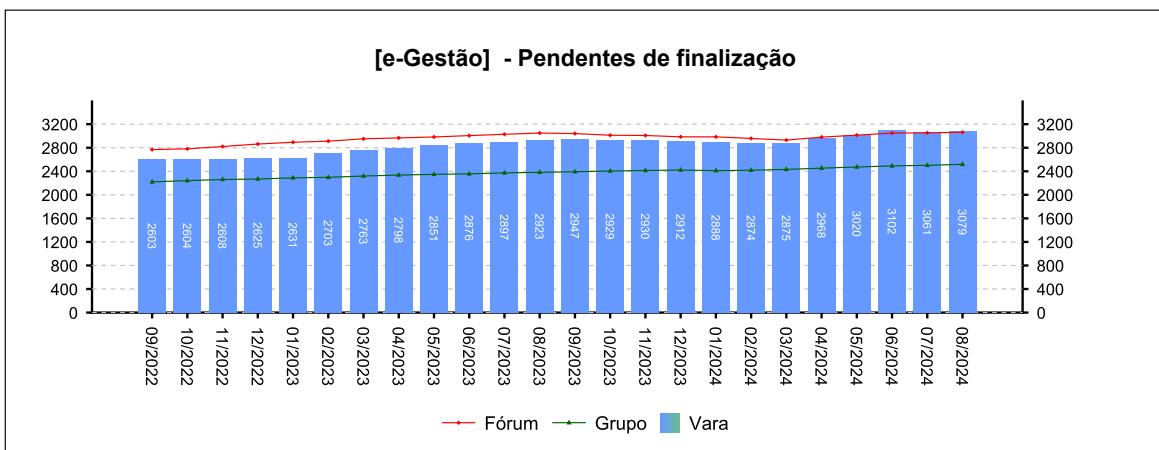
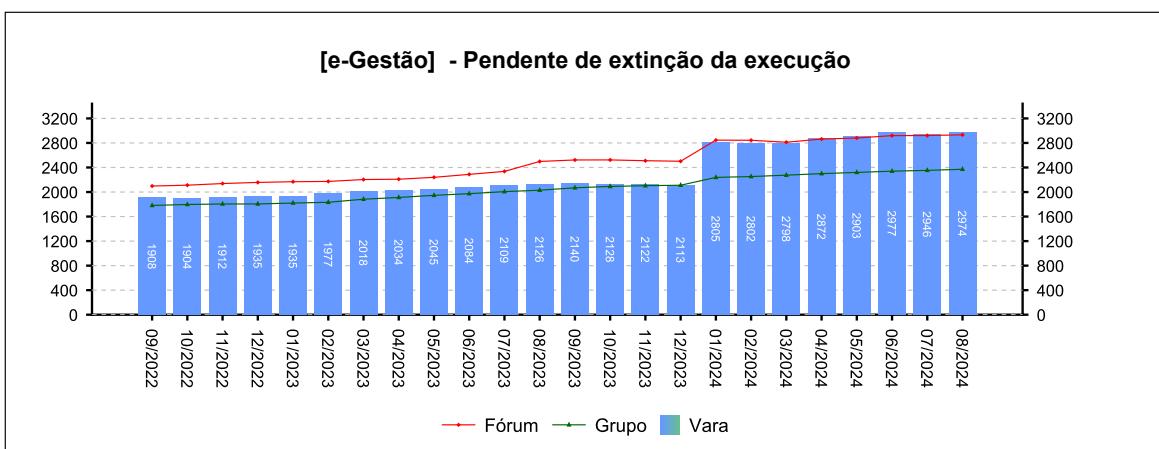
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	2.974	2.371	2.932
Encerrados pendentes de finalização na fase	111	149	138
Pendentes de finalização	3.079	2.519	3.062

Período: 11/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



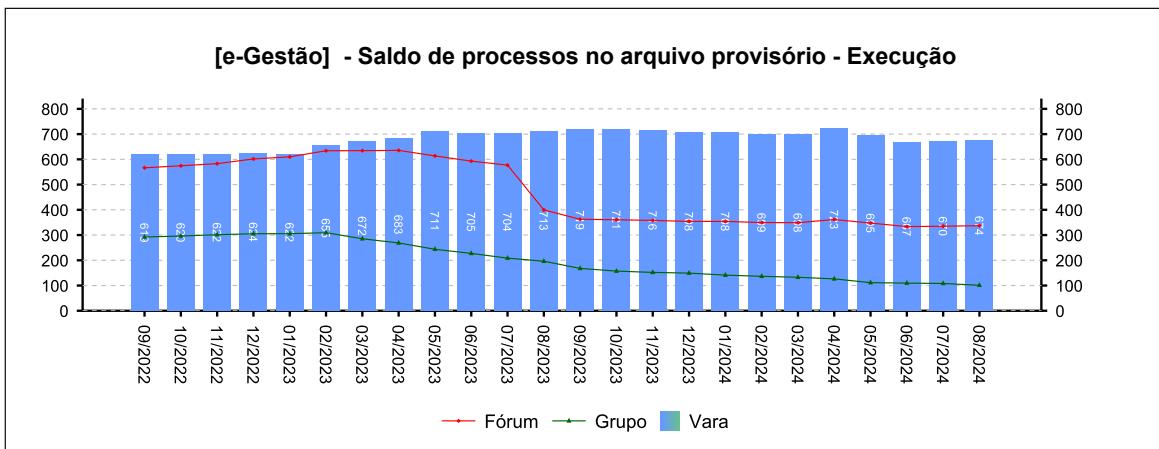
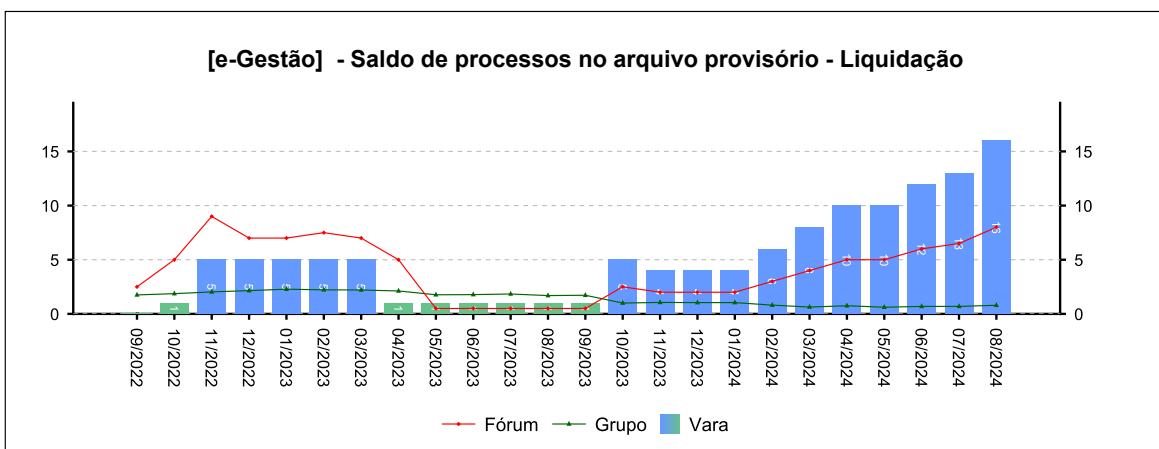
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	16	1	8
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	674	101	337

Período: 11/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	3.638	2.992	3.199
Pendentes de finalização - Liquidação	3.013	1.262	2.354
Pendentes de finalização - Execução	3.079	2.519	3.062
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	16	1	8
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	674	101	337
TOTAL:	10.420	6.875	8.960

Período: 11/2023 a 08/2024



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

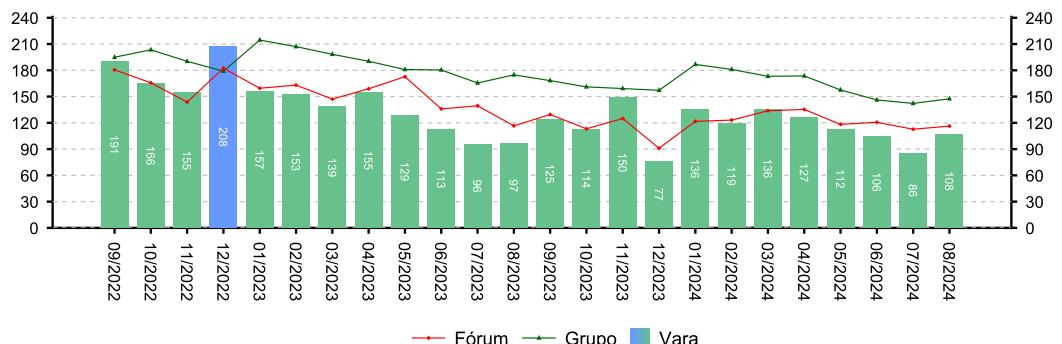
[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

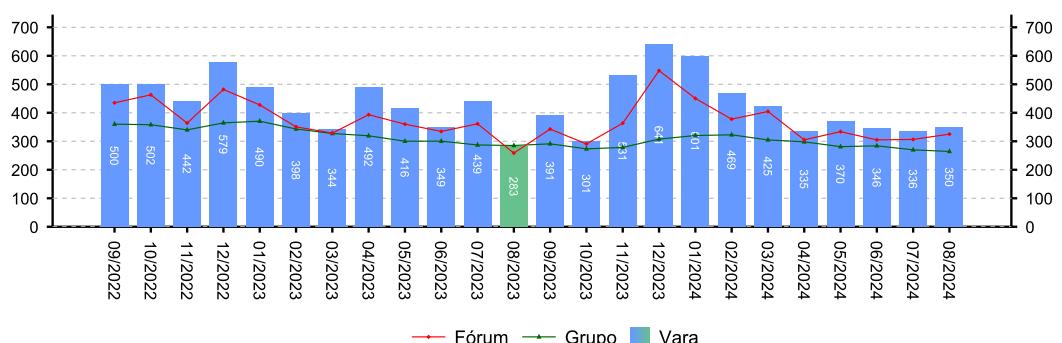
	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.405	117	161	121
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.906	436	291	372
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.630	459	305	386
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	1.276	43	26	33

Período: 11/2023 a 08/2024

[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento



[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução

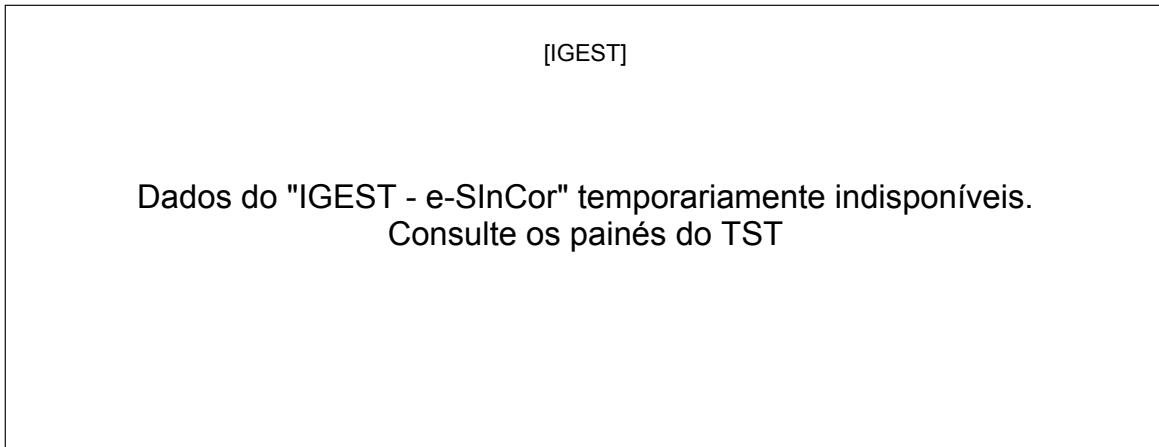
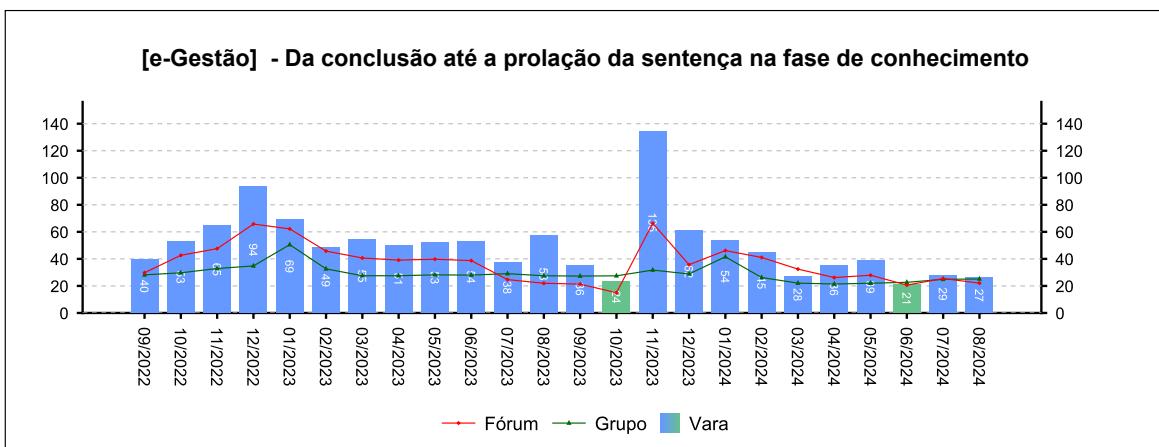
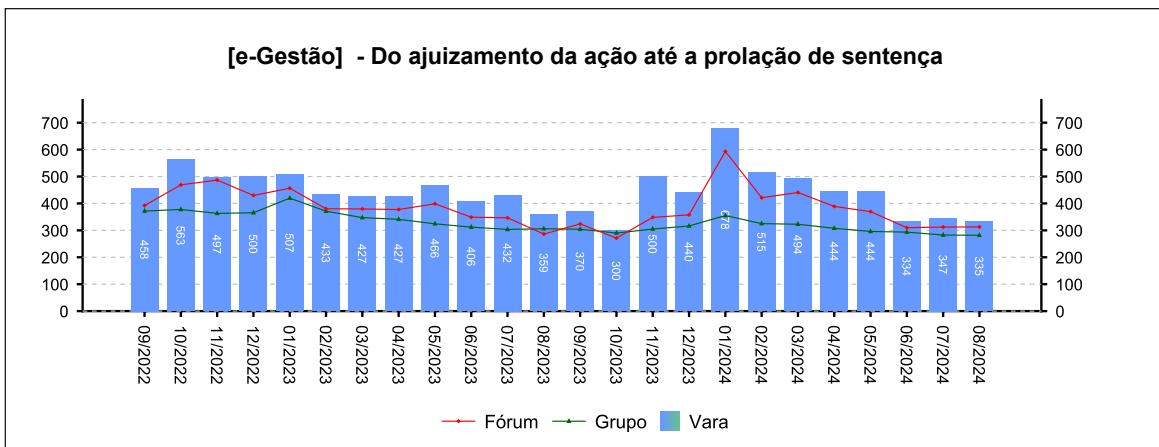




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento





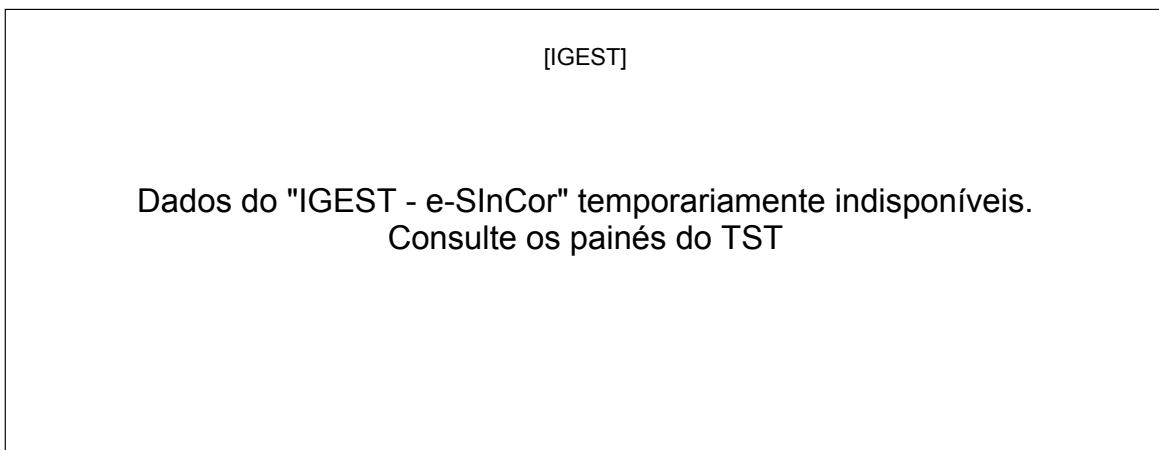
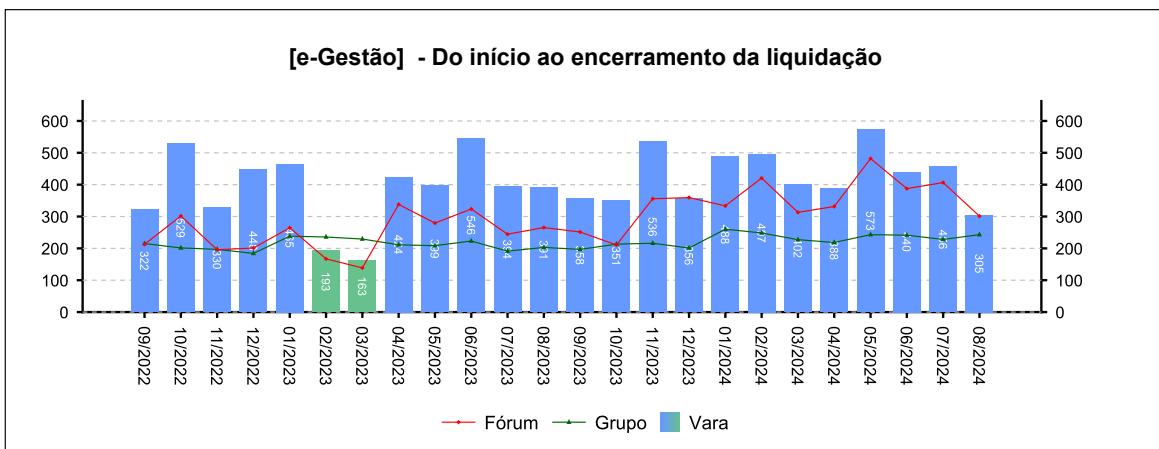
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	740	439	234	371

Período: 11/2023 a 08/2024





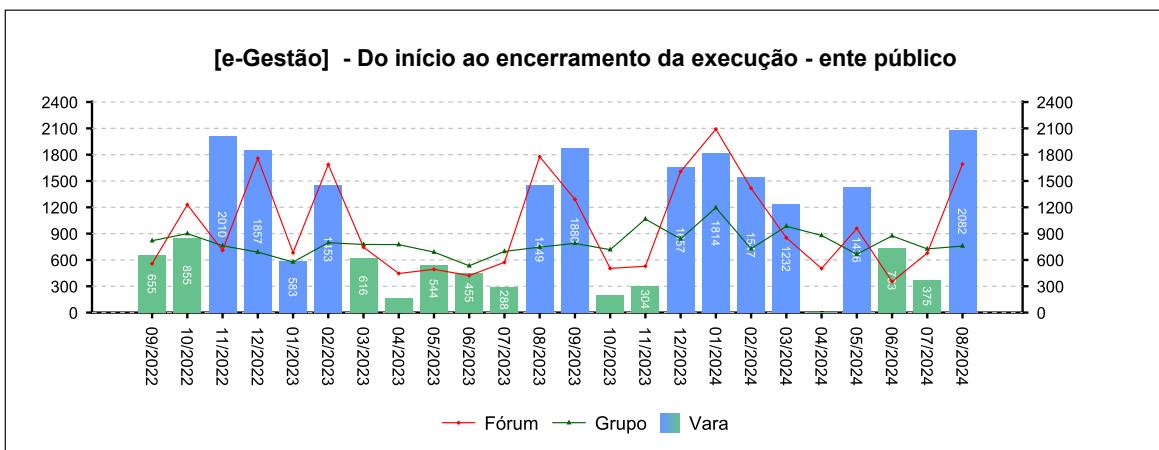
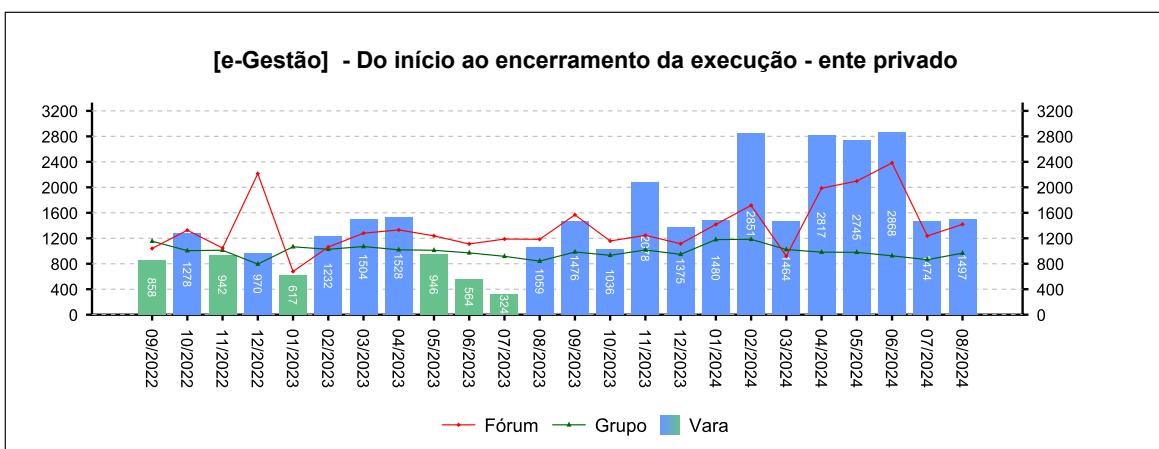
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	292	2.174	1.007	1.620
Do início ao encerramento da execução - ente público	58	1.357	875	1.364
Total / Média	350	2.039	986	1.572

Período: 11/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

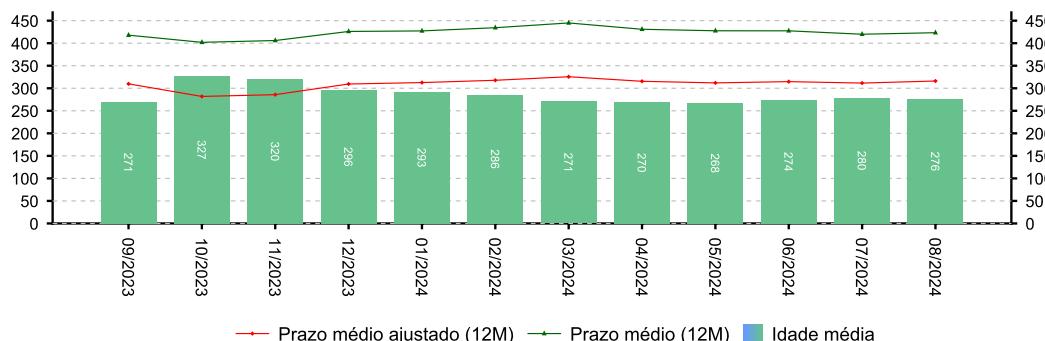
[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010741-86.2017.5.15.0026	12/09/2017	03/05/2017	2.677
0010906-65.2019.5.15.0026	04/11/2019	03/07/2019	1.886
0011750-15.2019.5.15.0026	21/06/2022	17/12/2019	1.719
0011782-20.2019.5.15.0026	20/02/2020	19/12/2019	1.717
0010489-78.2020.5.15.0026	06/08/2020	17/04/2020	1.597

Período: até 08/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

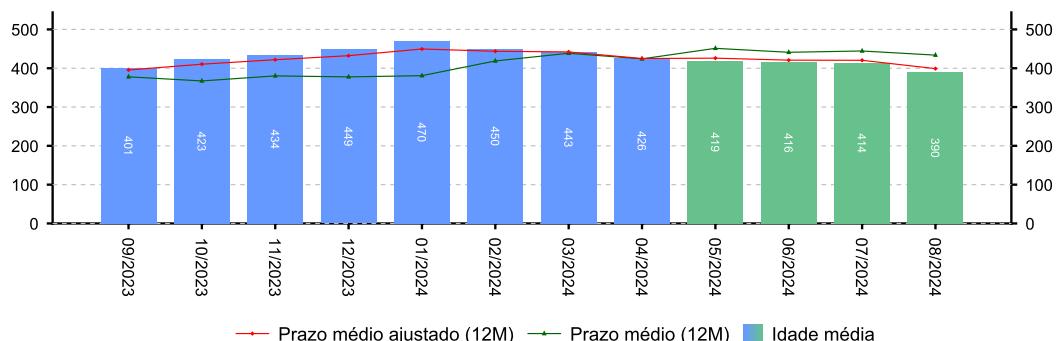
(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0001135-73.2013.5.15.0026	16/12/2016	17/07/2013	2.815
0001153-65.2011.5.15.0026	28/02/2017	15/06/2011	2.741
0011024-17.2014.5.15.0026	05/05/2017	12/11/2014	2.675
0010402-64.2016.5.15.0026	28/06/2017	05/03/2016	2.621
0010197-98.2017.5.15.0026	28/06/2017	13/02/2017	2.621

Período: até 08/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

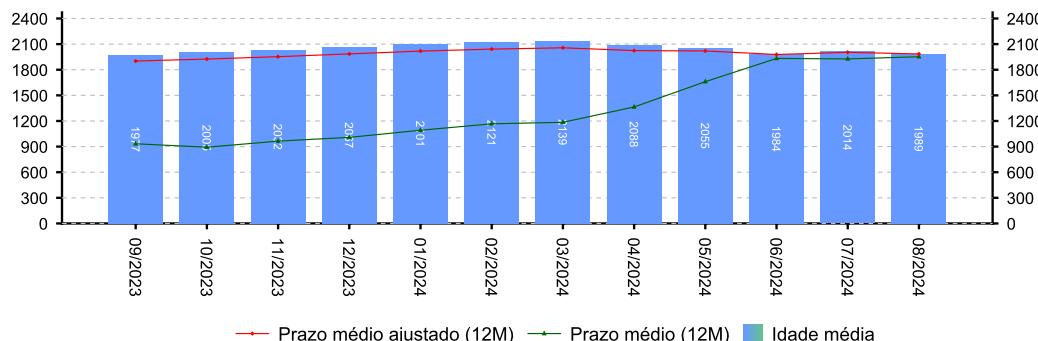
(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0109900-03.1997.5.15.0026	02/02/1998	13/05/1997	9.707
0278300-77.1997.5.15.0026	14/03/1998	22/10/1997	9.667
0239800-73.1996.5.15.0026	05/06/1998	29/10/1996	9.584
0044300-35.1997.5.15.0026	03/08/1998	21/02/1997	9.525
0218500-55.1996.5.15.0026	03/08/1998	27/09/1996	9.525

Período: até 08/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	2677	275	423	316
Do Início ao Encerramento da Liquidação	2815	390	434	399
Do Início ao Encerramento da Execução	9707	1989	1952	1985

Período: até 08/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

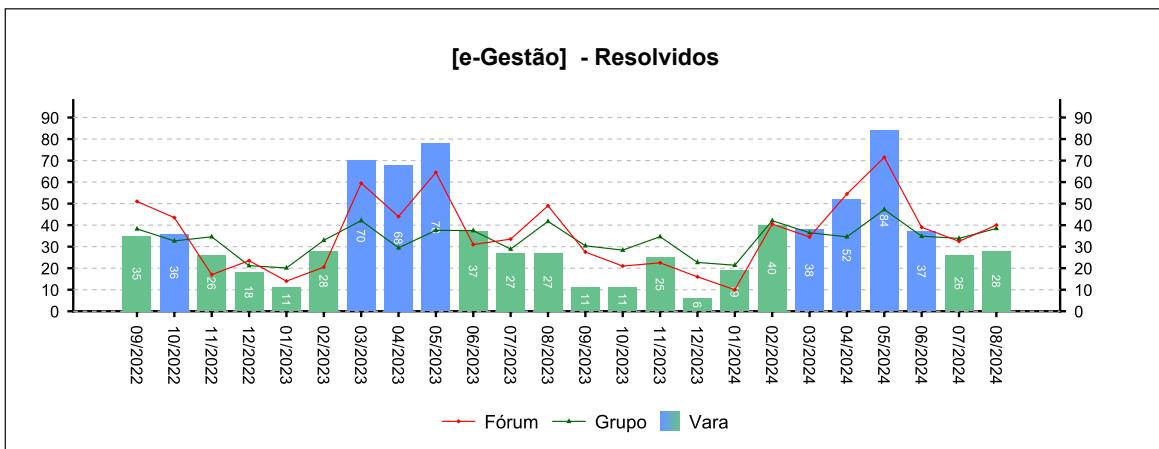
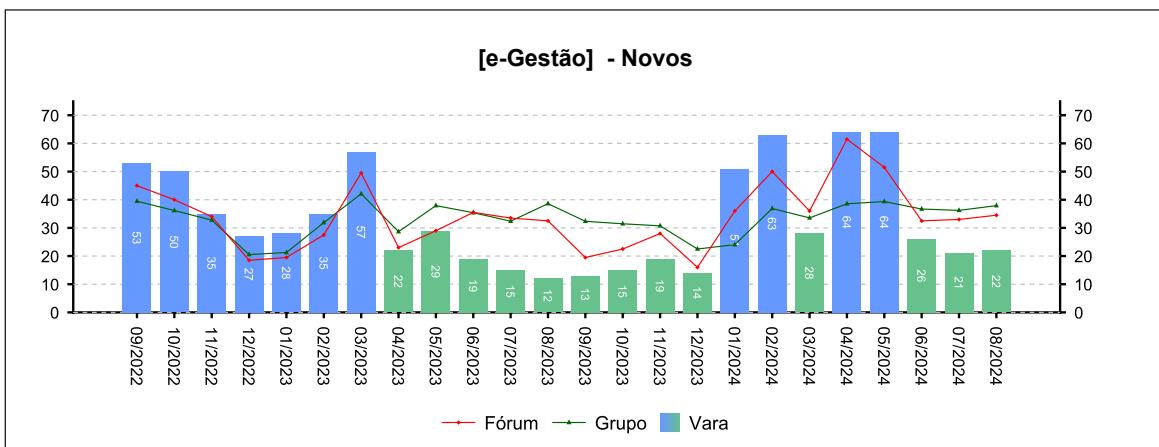
[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
372	355	59

Período: 11/2023 a 08/2024

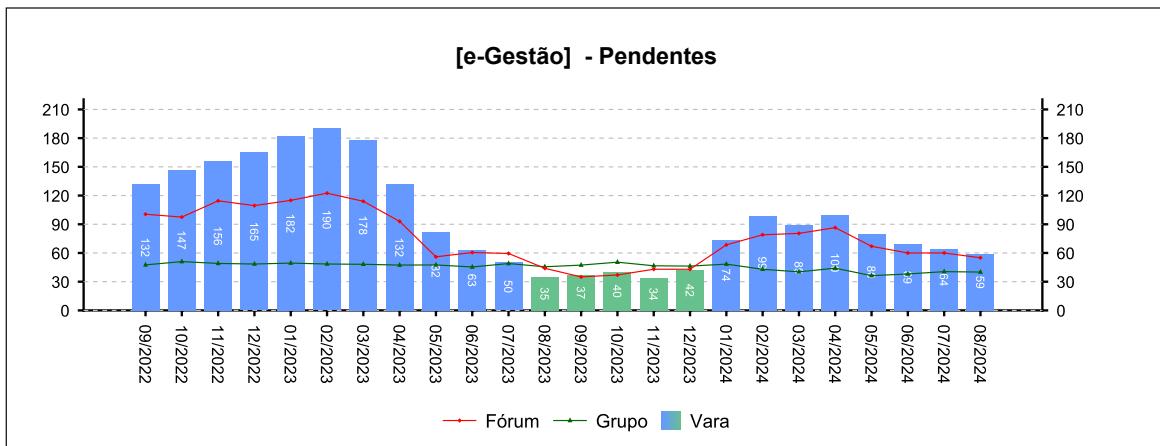




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





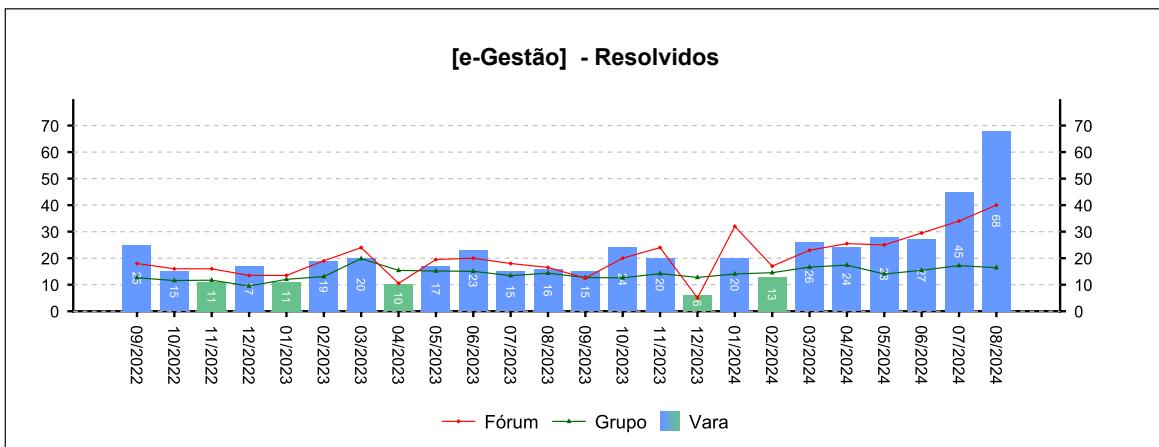
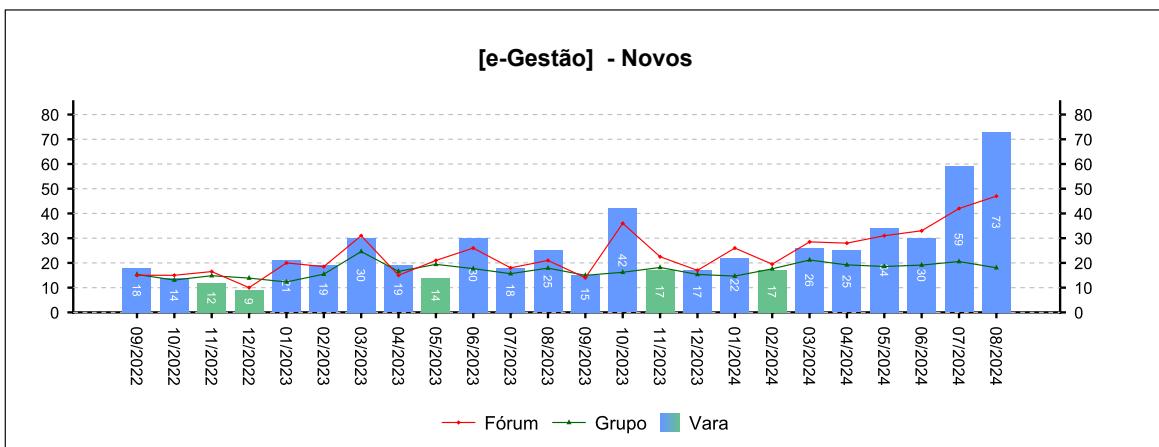
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
320	277	50

Período: 11/2023 a 08/2024

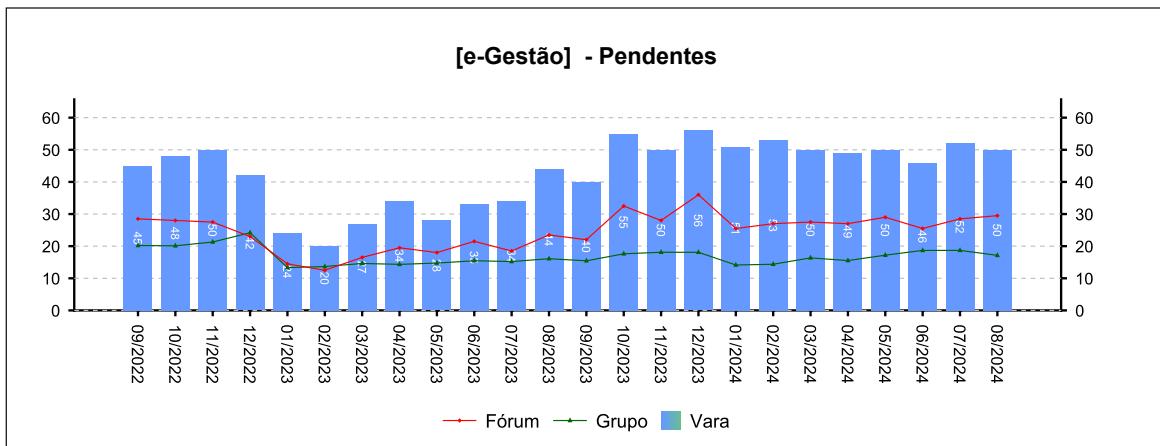




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





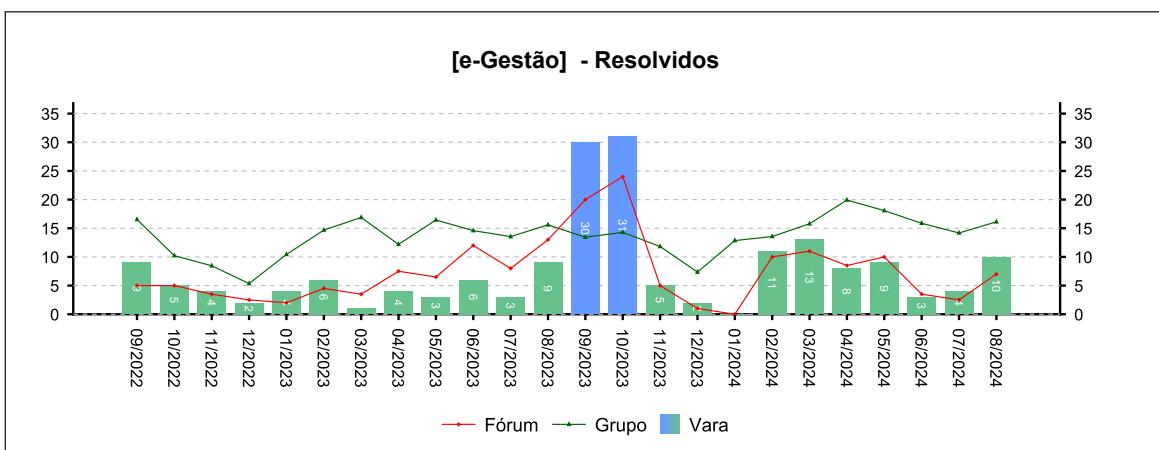
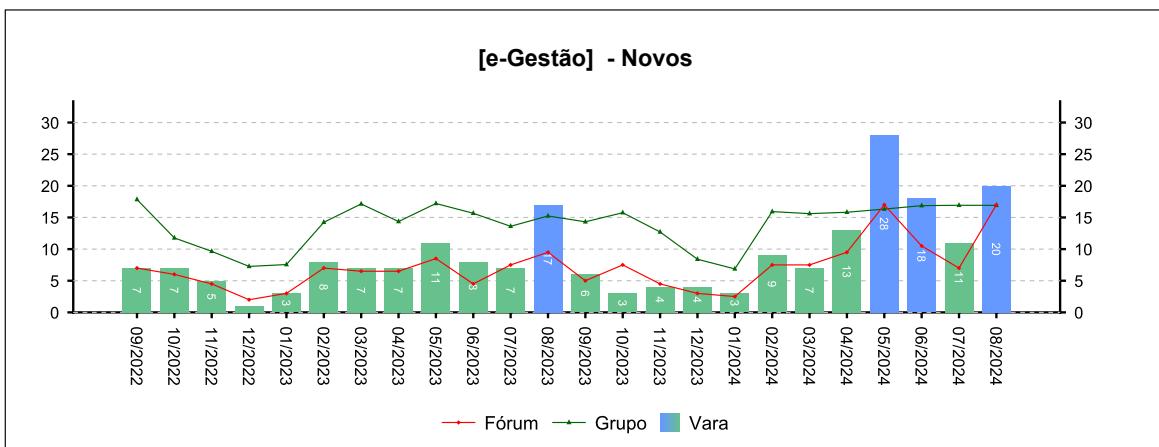
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
117	65	99

Período: 11/2023 a 08/2024

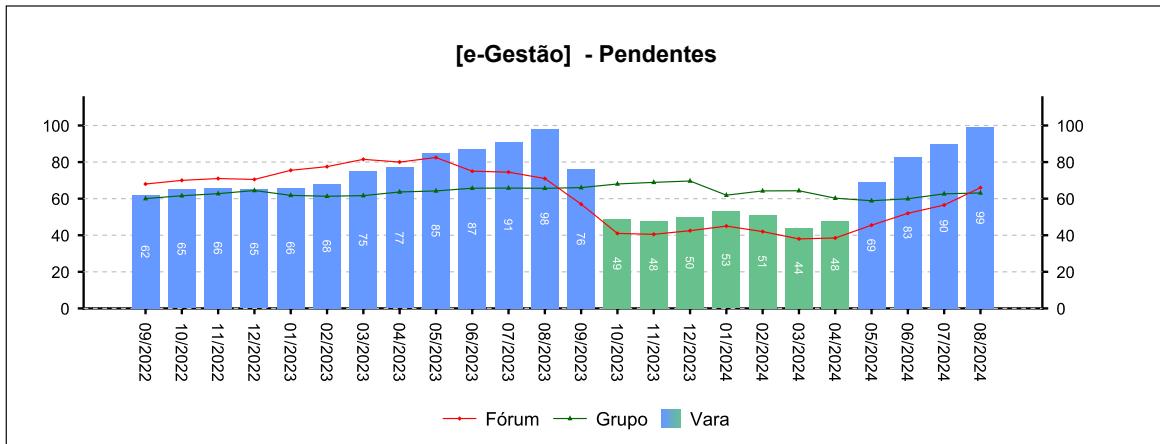




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
809	697	208

Período: 11/2023 a 08/2024



8 - RECURSOS

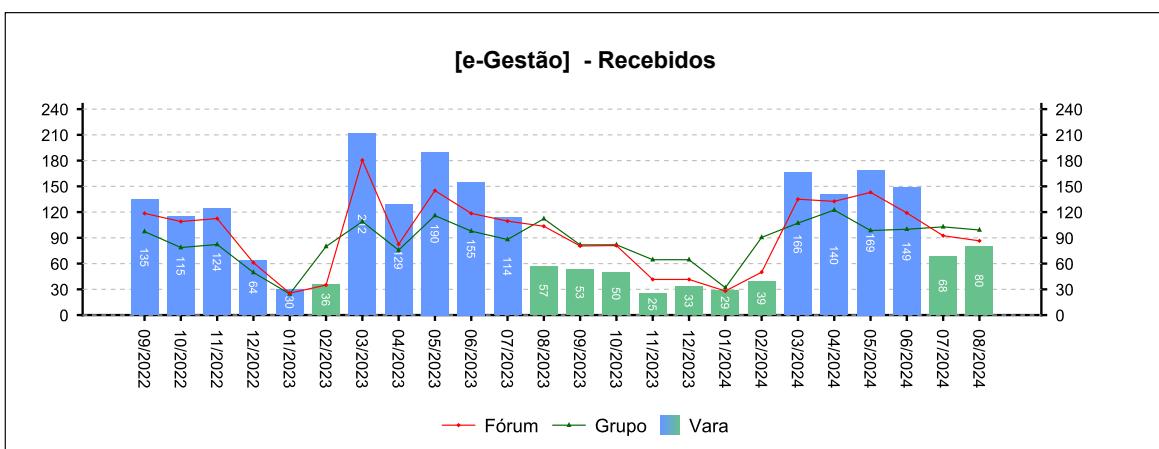
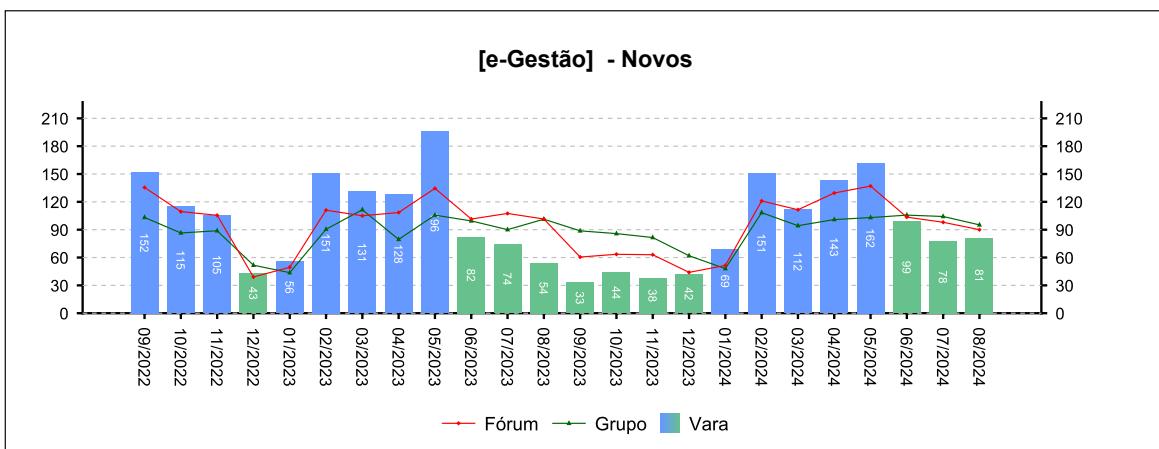
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
975	898	85

Período: 11/2023 a 08/2024

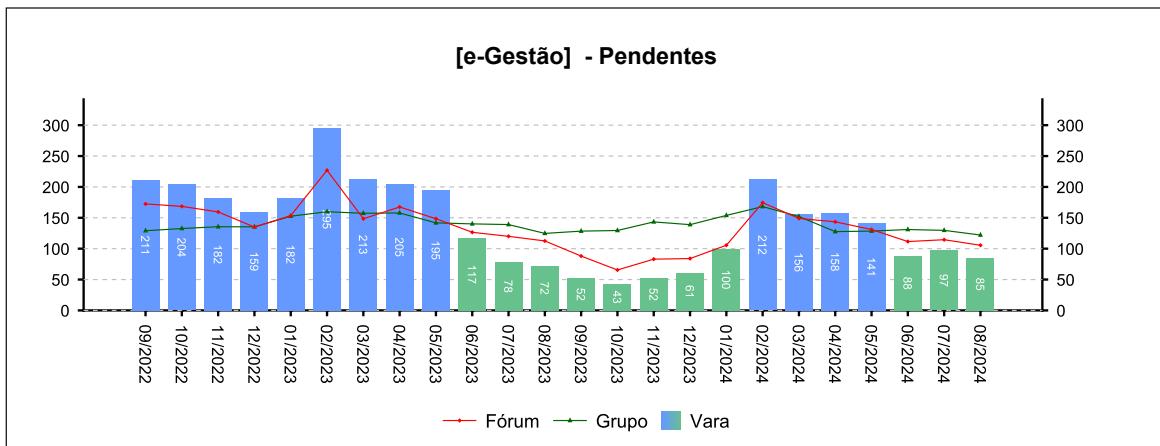




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





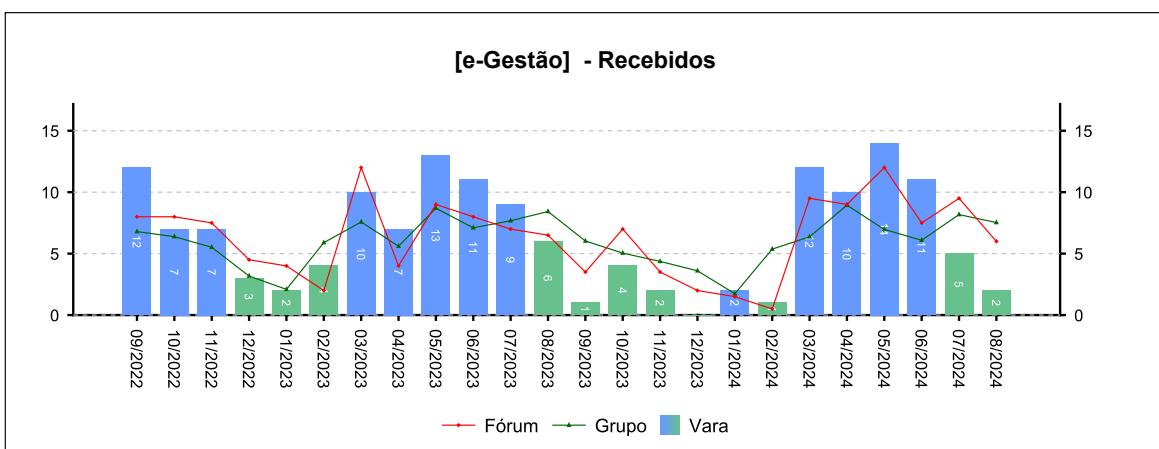
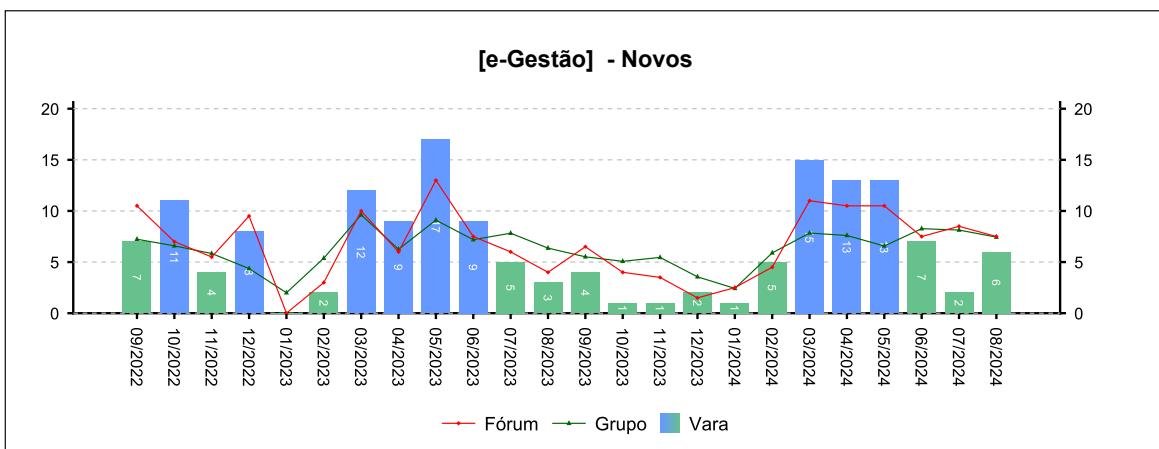
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
65	59	5

Período: 11/2023 a 08/2024

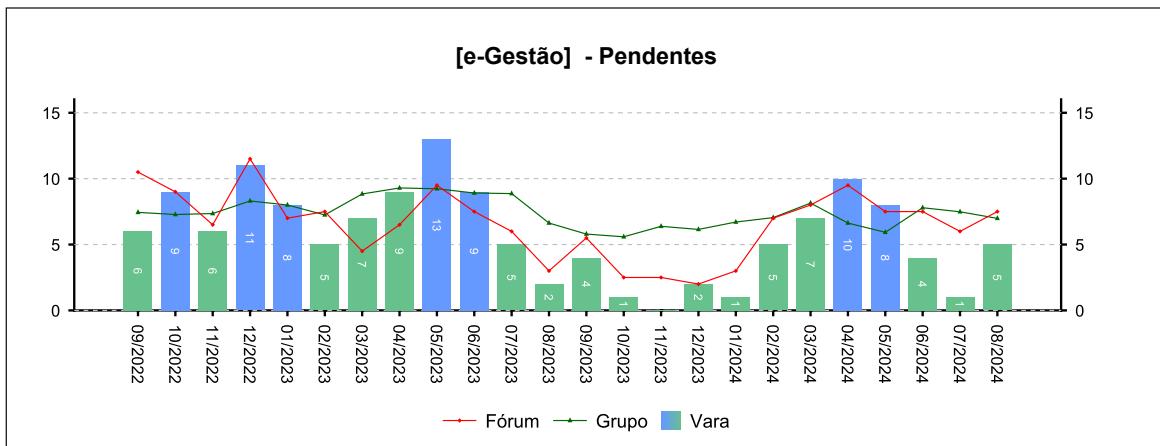




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo



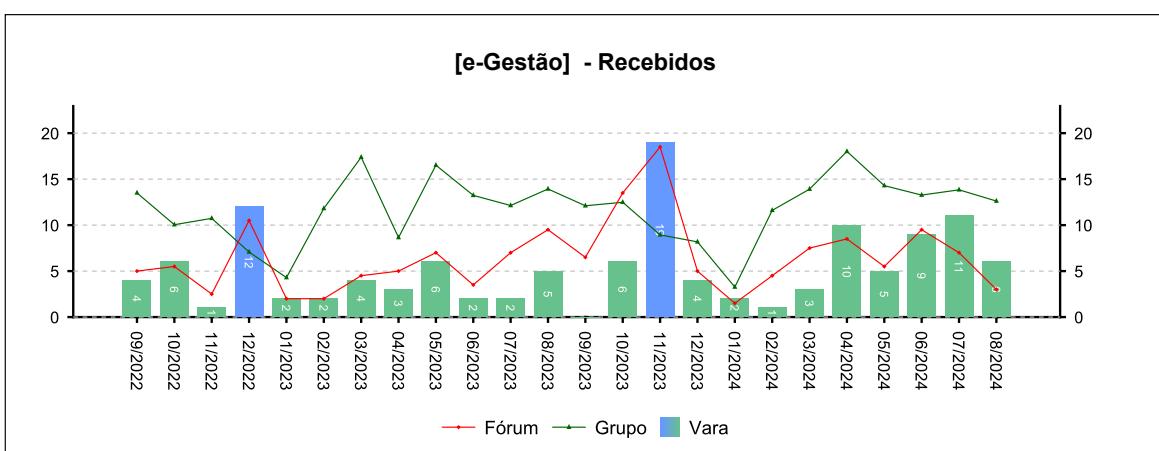
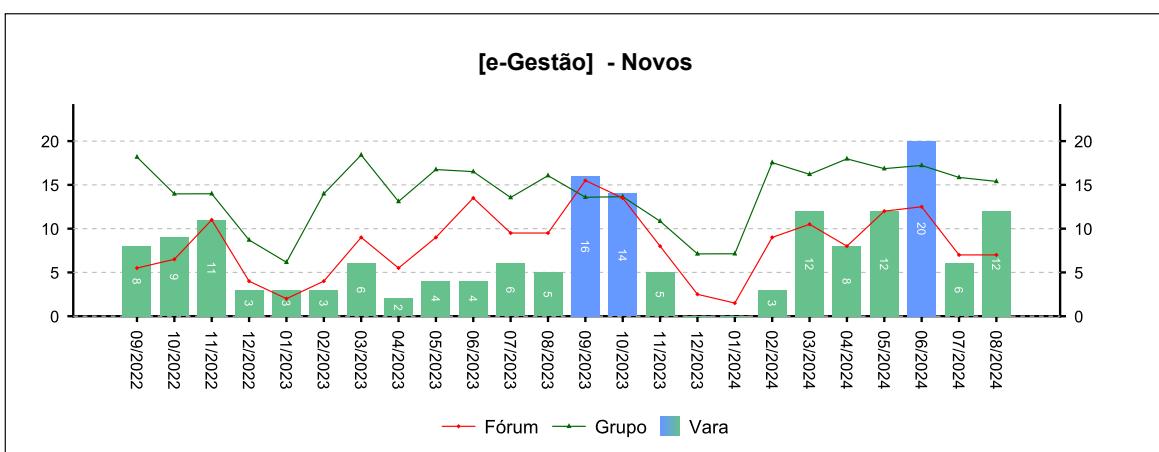


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
78	70	18
Período: 11/2023 a 08/2024		

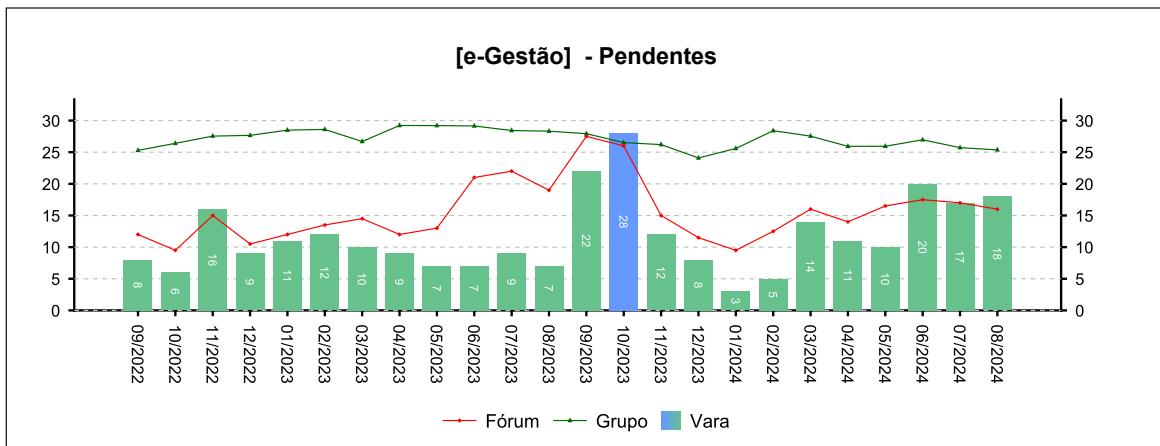




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





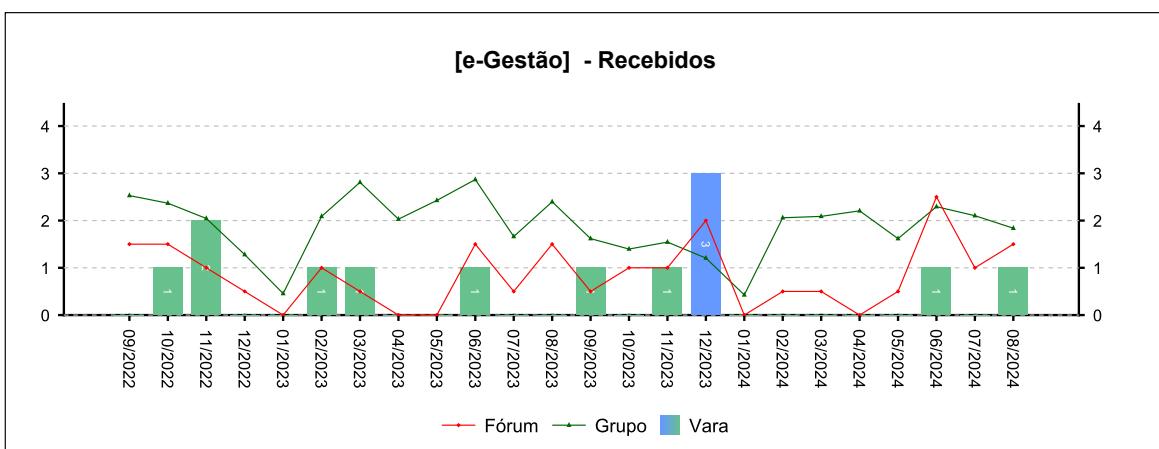
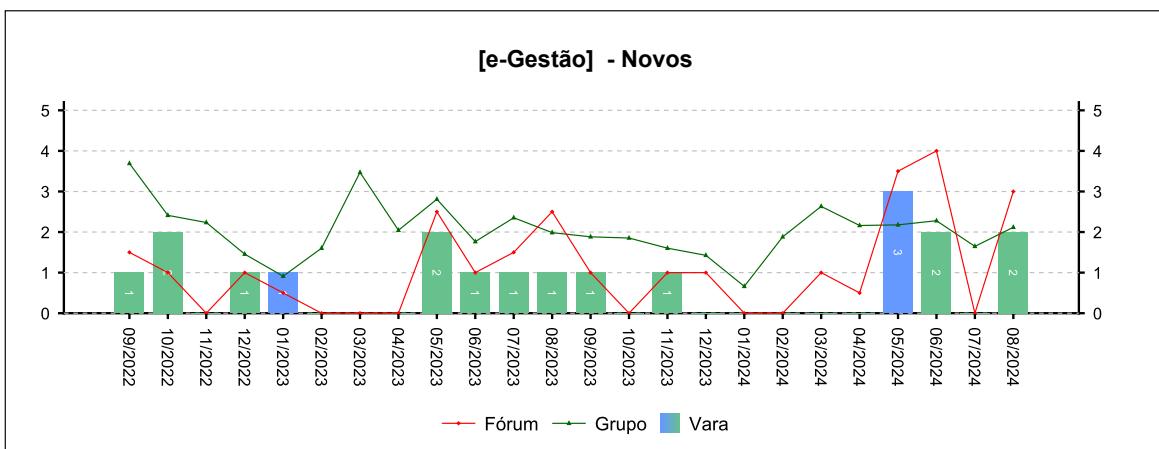
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
8	6	3

Período: 11/2023 a 08/2024

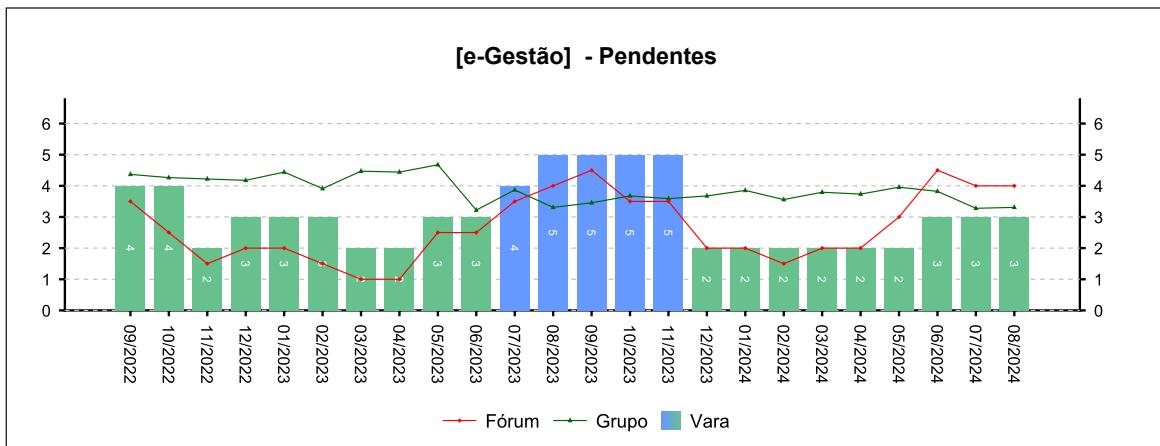




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
1.126	1.033	111

Período: 11/2023 a 08/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

[Voltar](#)

Dados do IGEST não disponíveis.



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2023 a 08/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	619	51,6	25,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.130	94,2	46,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.749	145,8	71,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	160	13,3	6,5
Incidentes Processuais Resolvidos	819	68,3	33,4
Dias-Juiz	735	61,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	53.309	65,3	34,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	67.107	82,2	43,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	120.416	147,6	77,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.830	20,6	10,8
Incidentes Processuais Resolvidos	51.429	63,0	33,1
Dias-Juiz	46.593	57,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	106.891	58,2	34,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.499	74,3	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	243.390	132,6	77,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	32.213	17,5	10,3
Incidentes Processuais Resolvidos	100.521	54,8	32,2
Dias-Juiz	93.703	50,7	---

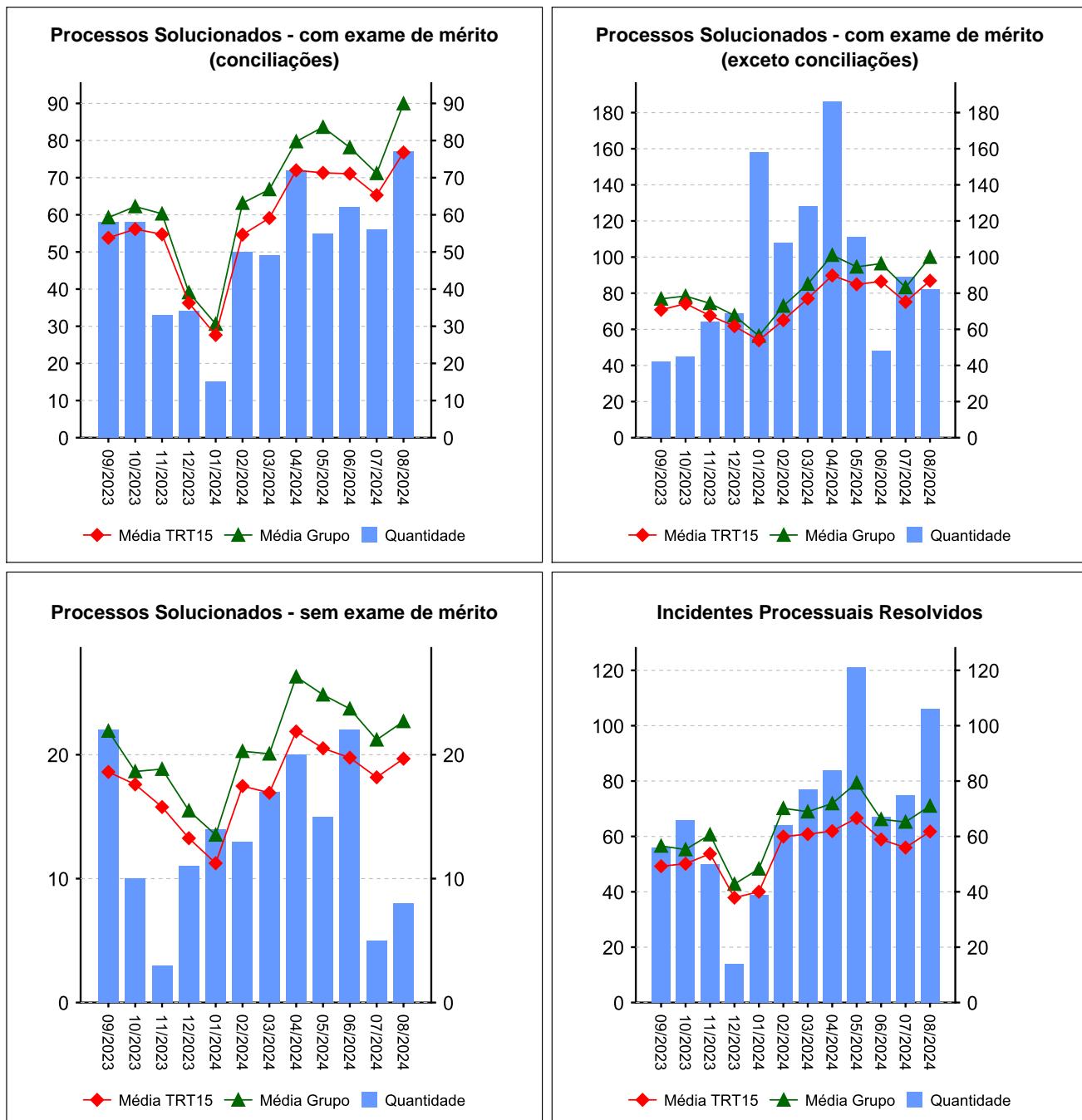
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2023 a 08/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [09/2023 a 08/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.466	122,2	59,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	858	71,5	35,0
Sessões de audiência realizadas - una	45	3,8	1,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	230	19,2	9,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	196	16,3	8,0
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo)	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	903	75,3	36,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	426	35,5	17,4
Dias-Juiz	735	61,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	46.593	57,1	---

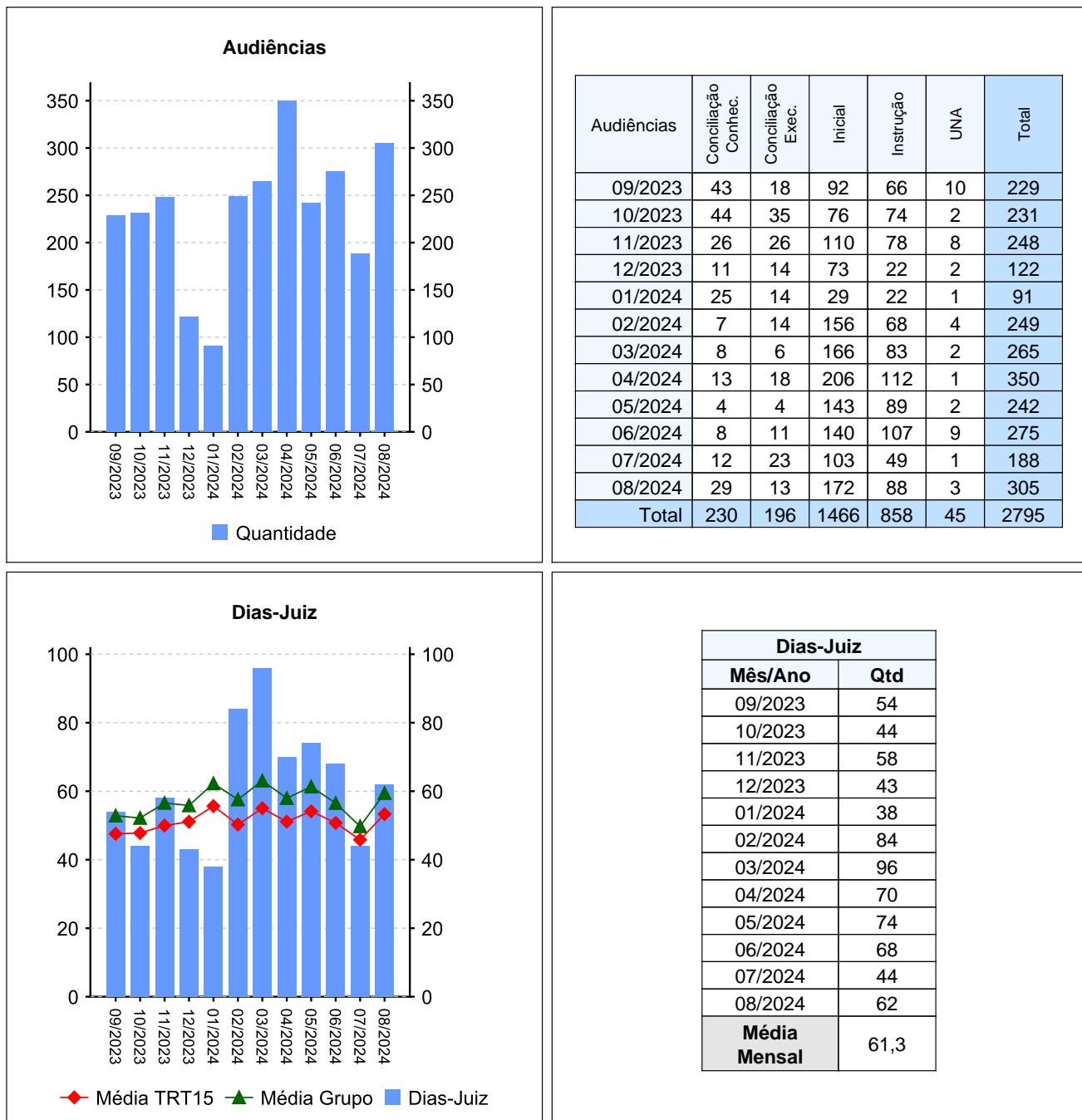
Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	93.703	50,7	---



10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [09/2023 a 08/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1448
2022	1874
2023	1991
2024 (*)	1379

(*) Período: 01/2021 a 08/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 427.010,79	R\$ 577.328,03	R\$ 3.845.302,07

Período: 11/2023 a 08/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	PROCESSOS
2017	1
2019	4
2020	16
2021	43
2022	145
2023	757
2024	1052

Período: até 08/2024

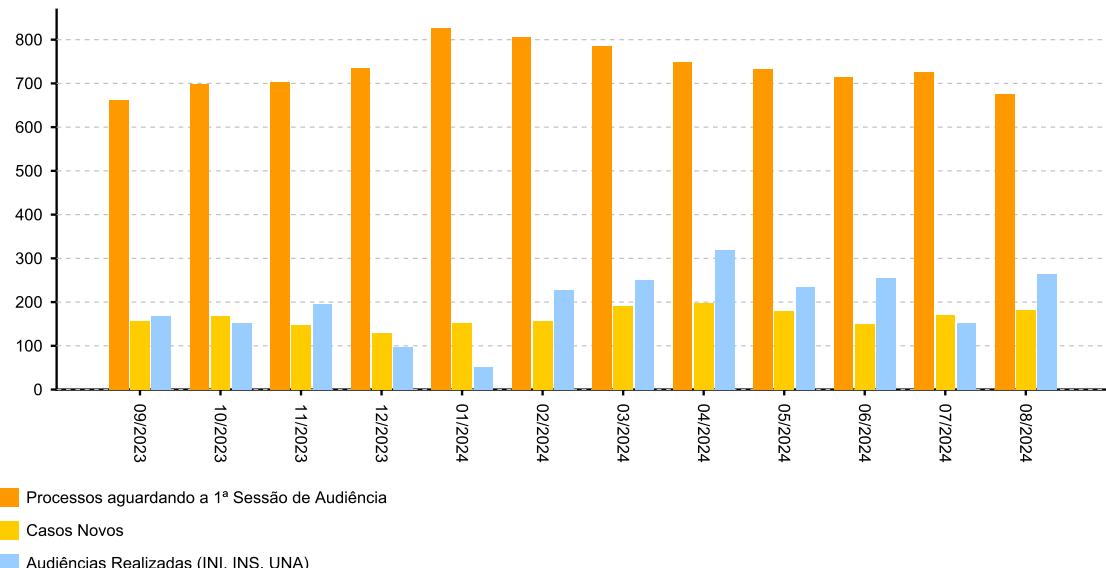


14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 08/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)

[e-Gestão] - Fase de Conhecimento - Da Distribuição até a Realização da 1ª Audiência



Variação [Casos Novos - Audiências Realizadas (INI, INS, UNA)]





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 08/2024]

(fonte: e-Gestão)

